



Stone Instituição de Pagamento S.A. e Controladas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

31 de dezembro de 2025 e 2024

com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	2
Balanço patrimonial consolidado	7
Demonstração do resultado consolidado	9
Demonstração do resultado abrangente consolidado	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado	11
Demonstração dos fluxos de caixa consolidado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	13

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Grupo" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Mensagem da Administração

O Grupo Stone IP possui como foco o atendimento a micro, pequenos e médios lojistas ("MPME") no Brasil, ofertando serviços financeiros que os ajudem a crescer e vender mais.

Em 2025, o Grupo apresentou um sólido resultado, pautado pelo equilíbrio estratégico entre crescimento e rentabilidade. O TPV (total payment volume), o qual inclui transações realizadas por cartões e PIX QR Code, atingiu R\$560,9 bilhões no ano, um crescimento de 8,7% contra o ano anterior. Desse montante, o segmento core (MPME) foi responsável por um crescimento de 11,0% no mesmo período, consolidando a Companhia como uma das líderes do segmento, com 4,7 milhões de MPMEs ativos em Adquirência.

Nos últimos anos, o foco do Grupo tem sido a expansão para além dos serviços de adquirência, consolidando-se como a parceira do lojista em diversas frentes de serviços financeiros. Nesse sentido, a Companhia passou a ofertar soluções de banking e crédito, com forte foco em engajar o cliente e oferecer soluções que facilitem sua gestão financeira através de bundles de produtos de que ele precisa. O número de clientes com contas digitais ativas atingiu 3,7 milhões, um crescimento de 20,8% versus o ano anterior. Ainda, o Grupo alcançou R\$11,1 bilhões em depósitos de clientes, um crescimento expressivo de 27,4% versus o ano anterior.

Em relação à oferta de crédito, o Grupo continua focado em ofertar diferentes soluções, focadas principalmente em capital de giro para os pequenos e médios lojistas. O portfolio de crédito cresceu 2,3x em 2025, atingindo R\$2,8 bilhões. Esse forte crescimento foi acompanhado de um rígido controle na qualidade do portfolio, o que nos permite continuar crescendo com confiança à medida que ajudamos nossos clientes com suas necessidades de capital.

Acreditamos estarmos bem posicionados para continuar crescendo e gerando valor para nossos clientes e acionistas através das nossas diferentes soluções financeiras e serviços de ponta. Nos mantemos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que possuem, ajudando-os a melhor gerirem seus negócios e venderem mais.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Stone Instituição de Pagamento S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Stone Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as

demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5.4 e nº 14, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das receitas de aluguel de equipamentos, representadas pelos montantes recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizou R\$ 2.452.728 mil, a receita líquida de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos totalizou R\$ 462.926 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 9.152.698 mil. O saldo de contas a receber de emissores totalizou R\$ 40.735.213 mil. Em razão da relevância do reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos, considerando critérios de relevância e imprevisibilidade na definição das amostras: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de contas a receber de emissores e das receitas relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação prestados pelas bandeiras e emissores, pré-pagamentos aos clientes de seus recebíveis parcelados e receitas de antecipação a estabelecimento); (ii) testes de valorização sobre a receita reconhecida com base no percentual devido sobre o valor da transação; (iii) testes sobre o registro da receita de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos, incluindo valorização e apropriação contábil; e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas nas notas explicativas nº 5.4 e nº 14.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas da carteira de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas 5.2.1.1 e 5.6.1 das demonstrações financeiras consolidadas, a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito da Companhia totalizava R\$ 389.682 mil em 31 de dezembro de 2025. A Administração estima a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito considerando informações de inadimplência, classificação interna de risco e parâmetros de risco ("PD" – probabilidade de inadimplência, "LGD" – perda dada a inadimplência e "EAD" – exposição no momento da inadimplência). A PD é uma premissa particularmente sensível na determinação da provisão para perdas esperadas da carteira de crédito e é baseada em modelos estatísticos que consideram dados históricos internos e externos,

informações que abordam o comportamento de cada devedor e suas perspectivas (forward-looking), entre outras informações. Devido à complexidade das premissas e julgamentos relevantes utilizados para determinação da PD, no contexto do cálculo da provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, consideramos a determinação da PD como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento, a avaliação do desenho e o teste da efetividade operacional dos controles da Companhia relacionados à determinação da PD, incluindo os dados utilizados em seu cálculo, bem como os controles de governança e supervisão sobre o modelo de provisão para perdas esperadas da carteira de crédito. Para testar a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito envolvemos profissionais com qualificação e conhecimentos técnicos especializados para auxiliar na avaliação sobre as políticas contábeis adotadas pela administração para atendimento aos requisitos da IFRS 9, bem como no teste dos modelos e da metodologia utilizados para determinar a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, incluindo o cálculo da PD. Também avaliamos a adequação da documentação da administração por meio de teste dos principais dados utilizados, dada sua relevância na mensuração geral da provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, e verificamos a suficiência das divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

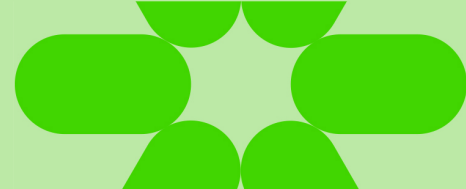
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



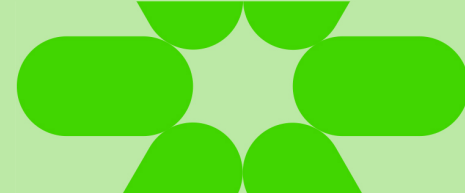
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-SP300534/O



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		50.677.786	44.496.337
Caixa e equivalentes de caixa	4.2	4.640.712	5.044.390
Aplicações financeiras	5.3	70.930	42.467
Depósitos no Banco Central do Brasil	5.7	2.075.747	8.805.882
Contas a receber de emissores	5.4.1.1	40.834.986	28.804.757
Operações de crédito	5.6.1	2.008.436	891.718
Contas a receber de clientes	5.5.1	148.956	150.449
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	88	105.250
Impostos a recuperar	7.1	580.289	343.757
Outros ativos	6.1	317.642	307.667
Ativo não circulante		3.738.377	3.191.929
Contas a receber de emissores	5.4	146.776	116.245
Operações de crédito	5.6.1	438.380	171.401
Contas a receber de clientes	5.5.1	21.871	17.626
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	10.618	73.325
Ativos fiscais diferidos	8.3	1.061.512	776.490
Outros ativos	6.1	129.515	73.650
Imobilizado	9	1.667.698	1.675.294
Intangível	10	262.007	287.898
Total do ativo		54.416.163	47.688.266

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		37.471.742	32.149.445
Depósitos	5.8.1	11.902.962	9.164.937
Contas a pagar a estabelecimentos	5.8.2	18.081.971	17.759.419
Depósitos institucionais e títulos de dívida	5.8.3	5.390.187	2.646.730
Outros instrumentos de dívida	5.8.4	19.727	828.238
Fornecedores	5.8.5	810.138	576.890
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	1.755	—
Salários e encargos sociais	19.4	277.899	256.017
Obrigações fiscais		99.946	124.272
Dividendos a pagar		5.317	5.317
Outros passivos	12	881.840	787.625
Passivo não circulante		14.950.298	13.022.870
Contas a pagar a estabelecimentos	5.8.2	72.383	50.674
Depósitos institucionais e títulos de dívida	5.8.3	5.082.075	6.134.454
Outros instrumentos de dívida	5.8.4	9.276.364	6.211.752
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	146.727	281.177
Salários e encargos sociais	19.4	62.693	28.866
Passivos fiscais diferidos	8.3	59.287	135.785
Provisão para contingências	11.3	161.868	108.005
Outros passivos	12	88.901	72.157
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	1.389.445	1.389.445
Reserva de capital	13.2.1	556.203	472.774
Reserva legal	13.2.2	102.927	73.179
Reservas de lucros	13.2.3	637.348	1.011.093
Outros resultados abrangentes	13.4	(692.009)	(430.572)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		1.993.914	2.515.919
Participações de não controladores		209	32
Patrimônio líquido total		1.994.123	2.515.951
Total do passivo e patrimônio líquido		54.416.163	47.688.266

	Nota	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	14.1.1.1	2.452.728	3.050.630
Receita líquida de aluguel de equipamentos	14.1.1.2	462.926	414.240
Rendas financeiras	14.1.2	9.886.627	7.483.070
Outras rendas financeiras	14.1.3	733.507	459.713
Total de receitas		13.535.788	11.407.653
Custo dos serviços	16	(3.758.732)	(2.933.398)
Despesas administrativas	16	(580.180)	(574.588)
Despesas com vendas	16	(2.040.527)	(1.756.670)
Despesas financeiras, líquidas	15	(6.579.513)	(5.286.303)
Outras receitas (despesas), líquidas	16	(252.617)	(330.298)
Total de despesas		(13.211.569)	(10.881.257)
Lucros antes dos impostos		324.219	526.396
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.2	(150.173)	(105.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	191.040	(14.503)
Lucro líquido do exercício		365.086	406.294
Atribuível a própria instituição		365.075	406.287
Atribuível a não controladores		11	7



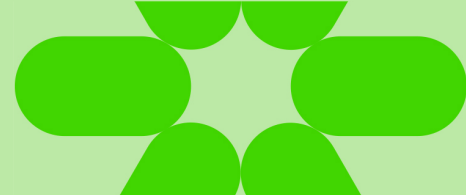
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	365.086	406.294
Outros resultados abrangentes	(261.437)	(89.542)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente	(502.503)	(117.096)
Efeito tributário sobre item acima	195.651	39.812
Ganho (perda) não realizado de hedge de fluxo de caixa	70.586	(18.573)
Efeito tributário sobre item acima	(25.171)	6.315
Resultado abrangente do exercício	103.649	316.752

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.069.445	282.343	68.604	759.181	(341.030)	—	1.838.543	25	1.838.568
Transações com não controladores		—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital		320.000	—	—	—	—	—	320.000	—	320.000
Pagamento baseado em ações	13.2.1	—	190.431	—	—	—	—	190.431	—	190.431
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente, líquida de impostos		—	—	—	—	(77.284)	—	(77.284)	—	(77.284)
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		—	—	—	—	(12.258)	—	(12.258)	—	(12.258)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	406.287	406.287	7	406.294
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	13.2.2	—	—	4.575	—	—	(4.575)	—	—	—
Dividendos e Juros sobre capital próprio	13.3	—	—	—	(149.800)	—	—	(149.800)	—	(149.800)
Reserva de lucros	13.2.3	—	—	—	401.712	—	(401.712)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.389.445	472.774	73.179	1.011.093	(430.572)	—	2.515.919	32	2.515.951
Transações com não controladores		—	—	—	—	—	—	—	166	166
Pagamento baseado em ações	13.2.1	—	83.429	—	—	—	—	83.429	—	83.429
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente, líquida de impostos		—	—	—	—	(306.852)	—	(306.852)	—	(306.852)
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		—	—	—	—	45.415	—	45.415	—	45.415
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	365.075	365.075	11	365.086
Reserva legal		—	—	29.748	—	—	(29.748)	—	—	—
Dividendos e juros sobre capital próprio	13.3	—	—	—	(492.000)	—	(214.000)	(706.000)	—	(706.000)
Reserva de lucros	13.2.3	—	—	—	121.327	—	(121.327)	—	—	—
Outros		—	—	—	(3.072)	—	—	(3.072)	—	(3.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.389.445	556.203	102.927	637.348	(692.009)	—	1.993.914	209	1.994.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido do exercício		365.086	406.294
Ajustes ao lucro líquido:		4.993.014	3.918.123
Depreciação e amortização	9/10	735.785	641.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(191.040)	14.503
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		4.038.103	2.230.294
Provisão para contingências	11.3	107.641	63.628
Despesa com pagamentos baseados em ações		164.001	215.733
Provisão para perdas de crédito esperadas	5.4.1.2 / 5.5.2 / 5.6.1	118.800	207.261
Resultado na alienação de ativos imobilizados	17.2.5	(9.248)	785.041
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros ao VJR	17.2.1	250.694	(429.903)
Ajuste a valor justo de derivativos		(221.722)	189.683
Variações nos ativos e passivos		(5.044.135)	(10.089.842)
Contas a receber de emissores		(10.507.949)	(2.558.340)
Contas a receber de partes relacionadas		50.493	31.784
Impostos a recuperar		(227.843)	(62.219)
Contas a receber, soluções bancárias e outros ativos		9.833.751	1.164.443
Carteira de operações de crédito		(1.020.002)	(1.029.338)
Contas a pagar a clientes		(8.920.642)	(8.373.469)
Impostos a pagar		202.398	(68.197)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(24.863)	(116.082)
Contas a pagar a partes relacionadas		—	(940.839)
Pagamento de Contingências	11.3	(75.106)	(43.678)
Outras obrigações		383.409	887.163
Juros pagos		(1.727.979)	(3.330.015)
Receita de juros recebida, líquida de custos	17.2.2	7.225.612	4.444.055
Imposto de renda e contribuição social pagos		(235.414)	(95.110)
Caixa líquido das atividades operacionais		313.965	(5.765.425)
Aquisição de imobilizado	17.2.3	(686.978)	(944.361)
Aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis	17.2.4	(13.317)	(318.930)
Aplicações (Resgates) em investimentos de curto prazo, líquidos		(21.465)	2.462.118
Recebimento pela venda de ativos não circulantes	17.2.5	(46.259)	4.016
Caixa líquido das atividades de investimento		(768.019)	1.202.843
Captação de depósitos institucionais e títulos de dívida	5.8.3.2	6.145.973	8.297.715
Pagamento de depósitos institucionais e títulos de dívida	5.8.3.2	(4.784.103)	(889.077)
Captação de outros instrumentos de dívida	5.8.4.2	615.256	5.962.067
Pagamento de outros instrumentos de dívida	5.8.4.2	(913.040)	(5.849.846)
Pagamento de arrendamentos (leasing)	5.8.4.2	(59.450)	(46.802)
Aumento de capital, líquido de custos de transação		—	320.000
Dividendos e Juros sobre capital pagos a controladores	13.3	(706.000)	(149.800)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(245.601)	(19.907)
Caixa líquido das atividades de financiamento		53.035	7.624.350
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		(2.659)	4.061
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(403.678)	3.065.829
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		5.044.390	1.978.561
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	4.640.712	5.044.390
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(403.678)	3.065.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



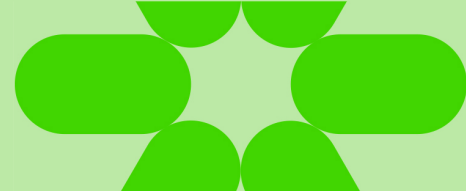
1. Contexto operacional

A Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Stone IP”), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 3, CEP 05402-500, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços voltados ao mercado de pagamentos, incluindo o credenciamento de estabelecimentos comerciais, bem como a instalação, operação e manutenção de terminais destinados à captura, ao processamento e à liquidação financeira de transações realizadas com cartões e PIX. A Companhia também atua no segmento financeiro e de investimentos, através de uma conta digital oferecida exclusivamente aos varejistas brasileiros, e no segmento de crédito e financiamento. Tal posicionamento é feito por meio da antecipação de recebíveis (pré-pagamento), exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, além de ofertas de soluções de capital de giro, limite na conta e cartão de crédito. O portfólio de serviços abrange ainda a atuação como representante na distribuição de seguros vinculados às suas operações, sempre em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis.

A Stone IP obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

A Companhia e demais entidades do Consolidado IFRS (coletivamente, o “Grupo”) estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de tecnologia financeira para clientes e parceiros integrados para conduzir o comércio eletrônico de forma transparente em todos os canais de pontos de venda, online e móveis, o que inclui a integração a plataformas de tecnologia baseadas em nuvem, oferecendo serviços para aceitação de diversas formas de pagamentos eletrônicos, automação de processos de negócios nas soluções de ponto de venda e capital de giro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram aprovadas para emissão pela Administração em [26] de março de 2026.



2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas (preparadas de acordo com o IAS 1)

2.1 Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações consolidadas compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, bem como as notas explicativas.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

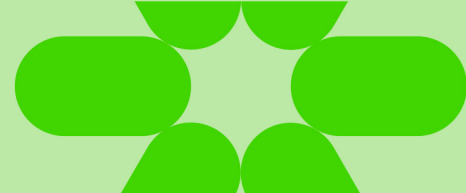
As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Grupo. Todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Questões relacionadas ao clima

O Grupo reconhece a presença e a importância do risco climático e busca integrá-lo como parte dos demais riscos gerenciados. Pela natureza de suas atividades, o Grupo é afetado principalmente por riscos físicos e de transição de forma indireta, como resultado dos efeitos desses riscos sobre seus clientes. Nesse contexto, o Grupo tem o objetivo de desenvolver suas capacidades de identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, reporte e mitigação dos efeitos potenciais resultantes de riscos sociais, ambientais e climáticos associados aos seus produtos, serviços, atividades e processos priorizados, com base nos princípios de relevância e proporcionalidade.

A visão atual do Grupo é de que seu modelo de negócios e seus principais produtos não devem sofrer um impacto significativo com a transição para uma economia de baixo carbono. As questões relacionadas ao clima, no entanto, podem aumentar a incerteza em determinadas estimativas e premissas que sustentam alguns itens nas demonstrações financeiras. Embora os riscos relacionados ao clima possam não ter um impacto significativo na mensuração atualmente, o Grupo está monitorando de perto as mudanças e desenvolvimentos relevantes, tais como novas legislações relacionadas ao clima.

Os ativos financeiros podem ser impactados indiretamente por questões relacionadas ao clima, principalmente a carteira de crédito. Os fluxos de caixa de clientes cujos negócios são afetados por riscos de transição, eventos climáticos extremos e outros riscos climáticos físicos podem ser impactados. No entanto, esse risco é mitigado pela base diversificada e ampla de clientes que operam em diversos setores e em diferentes regiões geográficas do Brasil, além do prazo de vencimento relativamente curto dos empréstimos. Eventos climáticos extremos podem afetar de forma mais significativa cidades ou áreas geográficas específicas.



3. Descrição das principais políticas contábeis

As políticas contábeis são apresentadas nas notas explicativas correspondentes ao longo das demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis gerais, não relacionadas a notas específicas, são apresentadas a seguir:

3.1 Base de Consolidação e Investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo:

- Tem poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar seu poder para afetar seus retornos.

Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para fundamentar essa presunção e quando o Grupo possui menos da maioria dos direitos de voto ou direitos similares de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo:

- Os acordos contratuais com outros detentores de votos da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e direitos de voto potenciais do Grupo.

A consolidação de uma controlada inicia-se quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e cessa quando o Grupo perde o controle da mesma. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém o controle até a data em que o Grupo deixa de controlar a entidade.

Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre membros do Grupo são eliminados integralmente na consolidação.

3.1.1 Consolidação de entidades estruturadas (Fundos de Investimento)

Geralmente, o controle de uma investida é determinado pelos direitos de voto ou similares. Em alguns casos, esses direitos não são o fator decisivo. Uma entidade projetada de forma que os direitos de voto não sejam o fator dominante para decidir quem a controla é denominada entidade estruturada.

Com base nos termos contratuais, o Grupo identificou que certos investimentos em fundos atendem à definição de entidade estruturada conforme o IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades.

Os regulamentos dessas entidades estruturadas foram estabelecidos em sua constituição para conceder autoridade significativa de tomada de decisão sobre essas entidades ao Grupo. Como detentor único ou majoritário das cotas subordinadas, o Grupo tem direito ao valor residual total das entidades, se houver, e, portanto, possui os direitos aos seus retornos variáveis.

De acordo com o IFRS 10, o controle existe quando existe poder sobre a investida, exposição a retornos variáveis e capacidade de usar o poder para afetar esses retornos, assim o Grupo concluiu que controla as entidades estruturadas listadas abaixo, sendo elas consolidadas nas demonstrações financeiras. As cotas detidas por terceiros (seniores, mezanino ou juniores), quando aplicáveis, satisfazem a definição de passivo financeiro do IAS 32.16, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na rubrica de 'Outros instrumentos de dívida

3.1.2 Composição do Grupo

Nome da empresa	Principais atividades	31/12/2025	31/12/2024
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Instituição financeira	100,00	100,00
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")	Instituição financeira	99,99	99,99
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Cartões")	Serviços de benefícios	99,99	99,99
Stone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ^(a) ("Stone DTVM")	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,99	—
MNLT S.A. ("MNLT")	Serviços de adquirência	100,00	100,00
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	Serviços de adquirência	99,99	99,99
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda ^(b) ("Stone Pay")	Consultoria em tecnologia da informação	100,00	—
Soma III Fundo de investimento em Direitos Creditórios ("FIDC SOMA III")	Fundos de investimentos	73,18	66,91
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC TAPSO")	Fundos de investimentos	83,57	88,60
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR I Bancos Emissores de Cartão de Crédito Resp. Limitada ("FIDC ACR I")	Fundos de investimentos	7,85	7,07

(a) Em 06 de novembro de 2025, o BACEN autorizou o funcionamento da Stone DTVM, uma instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. A controladora direta da Stone DTVM é a Stone IP.

(b) Em 26 de agosto de 2025, a Stone IP adquiriu a Stone Pay pelo valor de R\$ 36.313, passando a deter a totalidade de seu capital social.

3.2 Arrendamentos

O Grupo reconhece os passivos de arrendamento seguindo os princípios do IFRS 16 - Arrendamentos.

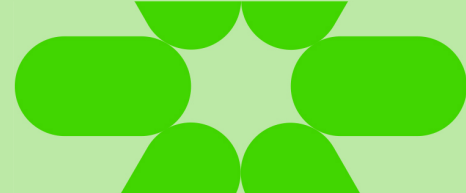
A determinação de se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de seu início. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais acordos são definidos como arrendamentos.

3.2.1 Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, para os quais o Grupo opta pela isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos subjacentes.

3.2.1.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Eles são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear ao longo do que for menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada:



	Vida útil estimada (anos)
Escritórios	1-10
Veículos	1-3
Equipamentos	1-10
Software	1-3

3.2.1.2 Passivos de arrendamento

Na data de início, o Grupo reconhece em “Outros instrumentos de dívida” os passivos de arrendamento ao valor presente dos pagamentos a serem feitos ao longo do prazo de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra com certeza razoável de ser exercida pelo Grupo e de penalidades por rescisão, caso o prazo do arrendamento reflita o exercício desta opção pelo Grupo. Os pagamentos de arrendamento variáveis são reconhecidos como despesa no mesmo período em que ocorre o evento ou condição que gerou o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, o Grupo utiliza a taxa de juros incremental sobre empréstimos na data de início do arrendamento, caso a taxa de juros implícita no arrendamento não seja prontamente determinável. Após a data de início, o saldo do passivo de arrendamento é aumentado para refletir a apropriação de juros (acréscimo) e reduzido quando os pagamentos de arrendamento são efetuados. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificação, mudança no prazo do arrendamento, mudança nos pagamentos fixos em substância ou mudança na avaliação de compra do ativo subjacente.

3.2.1.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção para contratos de até 12 meses ou ativos de valor abaixo de US\$ 5 mil (como equipamentos de escritório). Os pagamentos são reconhecidos como despesa linearmente.

3.2.2 Grupo como arrendador

Arrendamentos nos quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios incidentais à propriedade de um ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e estruturação de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita no período em que são auferidos.

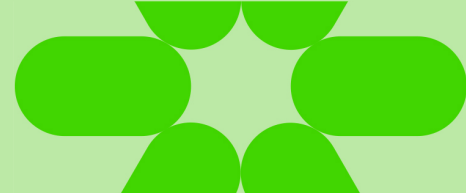
O Grupo possui contratos de arrendamento de Pin Pads e POS para seus clientes. Os saldos dos ativos arrendados estão sendo apresentados na linha de “Imobilizado” no balanço patrimonial consolidado e são depreciados ao longo de suas vidas úteis esperadas linearmente. A receita de arrendamentos operacionais, líquida de quaisquer incentivos concedidos ao arrendatário, é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento na linha de “Receita líquida de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos” na demonstração consolidada de resultados.

3.3 Classificação de circulante e não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos na demonstração da posição financeira com base na classificação em circulante e não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no ciclo operacional normal;
- É mantido principalmente para fins de negociação;
- Espera-se que seja realizado dentro de doze meses após o período de relatório; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrição para troca ou uso para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório.



Todos os outros ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- É mantido principalmente para fins de negociação;
- Deve ser liquidado dentro de doze meses após o período de relatório; ou
- Não há um direito incondicional de diferir (adiar) a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório.

Todos os outros passivos são classificados como não circulantes.

Ativos e passivos tributários diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes.

3.4. Normas e interpretações que entrarão em períodos futuros

As novas normas e alterações em normas e interpretações que foram emitidas, mas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025, são apresentadas abaixo. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações, se aplicáveis, quando as mesmas entrarem em vigor.

3.4.1 IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos requisitos de apresentação na demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades deverão classificar todas as receitas e despesas na demonstração do resultado em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs), certas medidas de desempenho de lucro ou prejuízo, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nos "papéis" identificados das demonstrações financeiras principais (PFS) e das notas explicativas.

Adicionalmente, foram feitas alterações de escopo restrito na IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional", além da remoção das opções relacionadas à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em diversas outras normas.

A IFRS 18, e as alterações nas demais normas, são vigentes para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente.

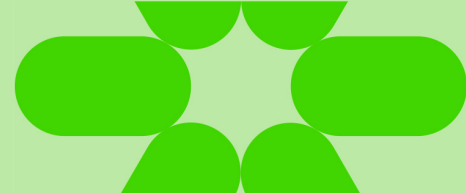
O Grupo está revisando a norma atualmente para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras principais e nas notas explicativas, incluindo a reapresentação de informações comparativas.

3.4.2 IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação das demais Normas Contábeis IFRS. Para ser elegível, ao final do período de relatório, a entidade deve ser uma subsidiária conforme definido na IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública (prestação de contas pública) e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

O Grupo não é elegível para aplicar a IFRS 19, uma vez que possui responsabilidade pública.



3.4.3 IFRS9 – Instrumentos Financeiros e IFRS7 – Instrumentos Financeiros Divulgações

Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, que alteraram a IFRS 9 e a IFRS 7. As alterações fornecem orientações adicionais e clareza sobre os seguintes temas específicos: data de reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa destes instrumentos para classificação e mensuração. Também são aprimoradas as divulgações sobre instrumentos patrimoniais reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações serão aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados pela Companhia e serão concluídos até a data de entrada em vigor do pronunciamento.

3.4.4 Lei Complementar nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a LC nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

3.4.5 Lei Complementar nº 227/2026

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a LC nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS), estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para os serviços financeiros, sujeitos ao IBS/CBS, que atualmente sujeitam ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

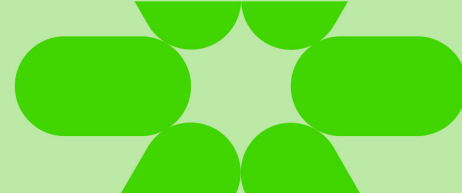
A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

3.5 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias exige que a administração realize julgamentos e estimativas, bem como adote premissas que afetam os valores apresentados referentes a receitas, despesas, ativos e passivos na data das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período da revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de divergências relevantes entre os resultados estimados e os reais no futuro.

As premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data de relatório são apresentadas em cada uma das notas explicativas ao longo das demonstrações financeiras.



4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1 Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4.2 Saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades – em moeda nacional	4.631.479	5.010.749
Disponibilidades – em moeda estrangeira	9.233	33.641
	4.640.712	5.044.390

5. Instrumentos financeiros

5.1 Políticas contábeis

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

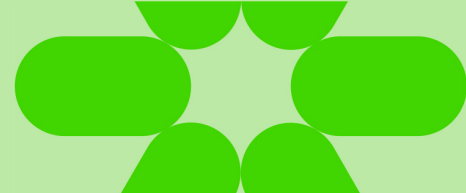
5.1.1. Ativos financeiros**5.1.1.1 Descrição dos diferentes ativos financeiros**

O Grupo detém ativos financeiros em todos os seus negócios devido à natureza de suas atividades. Para facilitar a compreensão, os itens são apresentados pela atividade que os gerou, sua forma de mensuração e classificação no resultado.

Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	Gestão de liquidez do negócio	Caixa e Equivalentes de Caixa - Custo Amortizado	Receita de juros - Outras rendas financeiras
		Aplicações Financeiras - VJR ^(a)	Ganhos ou perdas de valor justo - Outras rendas financeiras Ganho ou Perda com Câmbio - Despesas Financeiras, Líquidas
Depósitos no Banco Central do Brasil	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN)	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN) - Custo Amortizado	Receita de Juros - Rendas Financeiras
		Títulos Públicos - VJR	Ganho ou perdas de valor justo - Rendas Financeiras
Contas a receber de emissores	Corresponde aos valores a receber de emissores de cartões por transações processadas pelo negócio de adquirência. Os saldos não rendem juros. Os recebíveis são regularmente vendidos antes do vencimento como parte da estratégia de captação.	VJORA ^(b)	Ganhos ou perdas de valor justo - Outros resultados abrangentes Custo de captação na venda de recebíveis - Despesas Financeiras, Líquidas Ganho ou Perda com Câmbio em transações realizadas com moedas estrangeiras - Despesas Financeiras, Líquidas
Contas a receber de clientes	Corresponde aos valores devidos por clientes do negócio de adquirência por serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.	Custo Amortizado	Provisão de perda de crédito esperada - Custo dos Serviços Juros e multas por atraso de pagamento - Outras Rendas Financeiras
Operações de Crédito	Corresponde ao crédito (empréstimos de capital de giro e saldos devedores de cartão) concedido a clientes.	Custo Amortizado	Receita de juros - Rendas Financeira Provisão de perda de crédito esperada - Custos dos Serviços Variações cambiais sobre saldos de cartão de crédito em moeda estrangeira - Despesas Financeiras, Líquidas
Instrumentos financeiros derivativos	Corresponde a derivativos contratados para gerir os riscos financeiros (principalmente taxa de juros e câmbio) inerentes aos negócios de adquirência e relacionados à estrutura de captação.	VJR	Ganhos ou perdas de valor justo - Despesas financeiras líquidas, exceto para hedge de fluxo de caixa. Parcela ineficaz da variação do valor justo - Despesas Financeiras, Líquidas Parcela eficaz da variação do valor justo após reclassificação do ORA - Despesas Financeiras, Líquidas

(a) VJR: Valor Justo por meio do Resultado.

(b) VJORA: Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.



5.1.1.2 Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo mensura seus instrumentos financeiros pelo preço da transação ou ao seu valor justo, os custos de transação são atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação dos ativos são acrescidos (exceto para os mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR")).

5.1.1.3 Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir:

5.1.1.3.1 Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da taxa de juros efetiva ("TJE") e estão sujeitos a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre *impairment*. Os ativos financeiros ao custo amortizado do Grupo incluem Contas a receber de clientes, Carteira de crédito, Contas a receber de partes relacionadas e Outros ativos, uma vez que são mantidos para receber pagamentos de principal e juros e atendem ao teste SPPJ.

5.1.1.3.2 Ativos financeiros ao VJORA com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)

Para instrumentos de dívida ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes), a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de *impairment* são reconhecidas na demonstração do resultado de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As demais variações de valor justo são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA). No momento da baixa, a variação acumulada do valor justo reconhecida em ORA é reciclada para o resultado. Esta categoria é a mais relevante para o Grupo e corresponde exclusivamente a Contas a receber de credenciadoras de cartão.

5.1.1.3.3 Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados na baixa (instrumentos de patrimônio)

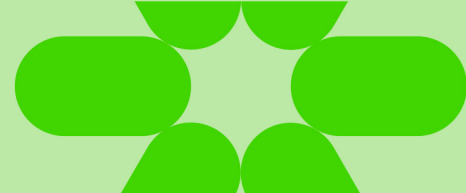
No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar irrevogavelmente por designar seus investimentos em instrumentos de patrimônio (ações) como VJORA quando estes atendem à definição de patrimônio líquido da IAS 32 e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento. Ganhos e perdas nesses ativos financeiros nunca são reciclados para o resultado, mesmo que o ativo seja vendido ou sofra *impairment*. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas financeiras no resultado quando o direito ao recebimento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais recursos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em ORA. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos à avaliação de *impairment*. O Grupo optou por classificar irrevogavelmente alguns dos investimentos em ações nesta categoria, incluídos em Investimentos de longo prazo.

5.1.1.3.4 Ativos financeiros ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não atendem à condição SPPJ, tais como: (i) títulos; (ii) ativos financeiros de soluções bancárias e (iii) instrumentos financeiros derivativos.

5.1.1.4 Taxa de juros efetiva

Representa a taxa de juros que desconta os fluxos de caixa futuros esperados durante todo o prazo contratual de um instrumento financeiro ao seu respectivo valor presente. A taxa de juros efetiva (TJE) pode incluir todos os custos de origemação do instrumento financeiro, bem como receitas adicionais previstas em contrato.



5.1.1.5 Desreconhecimento (Baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado do balanço patrimonial consolidado quando:

- Os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa recebidos integralmente e sem atraso material a um terceiro sob um acordo de repasse; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo, onde o “controle” é avaliado verificando se o cessionário tem a capacidade prática de transferir o ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, são retidos os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na extensão do seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

O envolvimento contínuo que assume a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor mais baixo entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo poderia ser obrigado a pagar.

A baixa de um ativo financeiro pelo Grupo ocorre principalmente na cessão definitiva de Contas a receber de credenciadoras de cartões a terceiros, sem retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro cedido e sem envolvimento contínuo. A diferença entre a contraprestação recebida pelo Grupo pelo ativo financeiro e seu valor contábil é reconhecida em Despesas financeiras, líquidas.

5.1.1.6 Redução ao valor recuperável (Impairment)

O Grupo reconhece Provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA. As provisões baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma aproximação da TJE original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa provenientes da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para a carteira de crédito, o Grupo aplica a abordagem geral no cálculo da Provisão para perdas de crédito esperadas, considerando informações de inadimplência, classificação de risco interna e parâmetros de risco (PD – probabilidade de inadimplência, LGD – perda dada a inadimplência e EAD – exposição da inadimplência), resultando em três níveis de estágios.

Para todos os outros ativos financeiros sujeitos a Provisão para perdas de crédito esperadas, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo. Portanto, o Grupo não monitora mudanças no risco de crédito, mas, em vez disso, reconhece uma provisão baseada na perda esperada ao longo da vida, matriz de provisão e dias de atraso em cada data de reporte.

Veja detalhes sobre os procedimentos de estimativas para provisão de perda esperada de crédito na Nota 5.2.1.

5.1.1.7 Baixa do ativo financeiro (Write-Off)

A baixa de ativos financeiros (write-off) é realizada em consonância com os critérios de desreconhecimento previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

As operações serão baixadas para prejuízo (contra a provisão constituída) quando estiverem classificadas como Estágio 3 e não houver expectativa razoável de sua recuperação. De acordo com estudos internos baseados em histórico de recuperação, o Grupo definiu a baixa para o write-off (período de reconhecimento da não-recuperação do valor) para cada caso de cliente marcado como problemático.

5.1.2 Passivos financeiros

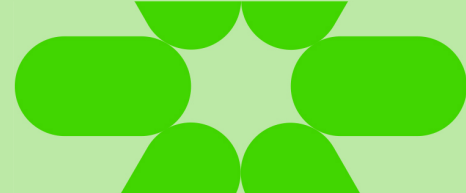
5.1.2.1 Descrição da estratégia de captação, incluindo os diferentes passivos financeiros da operação

Os diferentes negócios do Grupo exigem captação de recursos (funding), em particular o negócio de aquisição de serviços financeiros, para poder fornecer liquidez aos clientes, principalmente por meio da antecipação das transações processadas pelo Grupo (contas a pagar a estabelecimentos) e outras facilidades de crédito. Diferentes formas de captação são buscadas, algumas das quais compreendem endividamentos apresentados como passivos financeiros no balanço patrimonial.

O Grupo também financia suas atividades por meio da venda de contas a receber em uma base totalmente sem direito a regresso, transferindo às contrapartes todos os riscos e benefícios de tais ativos.

A fim de facilitar a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas e sua relação com o negócio subjacente, os itens de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial são resumidos pela atividade de negócio que gera tais passivos, demonstrando como são mensurados e onde seus resultados são classificados na demonstração do resultado.

Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado
Dépósitos	Valores mantidos por clientes bancários em suas contas de pagamento e depósitos a prazo. Geralmente não resultam no reconhecimento de ganhos ou perdas.	Custo Amortizado	Despesas com Juros – Despesas Financeiras, Líquida
Contas a pagar a estabelecimentos	Valores a pagar a estabelecimentos por transações de aquisição. Os saldos não rendem juros, mas podem ser antecipados com desconto.	Custo Amortizado	Ganho com Pagamento antecipado – Rendas Financeira
Fornecedores e contas a pagar	Corresponde a pagamentos para arranjos de pagamento (bandeiras) e fornecedores diversos.	Custo Amortizado	Custo de Serviços Despesas Administrativas Despesas com Vendas
Depósitos institucionais e títulos de dívida	Financiamentos obtidos, depósitos a prazo e títulos de dívida, incluindo cotas de FIDC de entidades consolidadas.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas
Outros instrumentos de dívida	Financiamentos obtidos de terceiros, arrendamentos (leasing) e outros instrumentos de dívida.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas
Passivos de instrumentos financeiros derivativos	Derivativos para gerir riscos financeiros (juros e câmbio) inerentes à aquisição e à estrutura de capital.	VJR	Ganho ou perdas por valor justo, exceto se designado como contabilidade de hedge - Despesas Financeiras, líquidas Parcela ineficaz da variação (Hedge) no valor justo - Despesas financeiras, líquidas Parcela eficaz da variação (Hedge) no valor justo, uma vez reclassificada de ORA - Despesas financeiras, líquidas



5.1.2.2 Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo no resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Companhia são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

5.1.2.3 Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

5.1.2.3.1. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao valor justo no resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como ao VJR, conforme abaixo:

- a) Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- b) Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- c) Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- d) Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- e) Contratos híbridos.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são classificados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do 'IFRS 9 - Instrumentos Financeiros' forem atendidos.

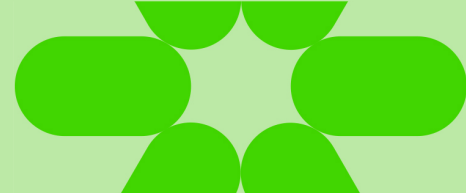
5.1.2.3.2 Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da TJE (Taxa de Juros Efetiva). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pela TJE.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição, além de taxas ou custos que sejam parte integrante da TJE. A amortização pela TJE é classificada como "Despesas financeiras, líquidas" na demonstração do resultado.

Esta categoria inclui Contas a pagar a clientes e todos os outros passivos financeiros, exceto instrumentos financeiros derivativos.

As Contas a pagar a clientes representam valores devidos a clientes credenciados relacionados a transações de cartões de crédito e débito, líquidos das taxas de intercâmbio retidas pelas emissoras de cartões e taxas de avaliação (*assessment fees*) pagas às bandeiras de cartões, bem como as taxas líquidas de desconto do lojista (*MDR - merchant discount rate*) do Grupo, que são coletadas pelo Grupo na qualidade de agente.



5.1.2.4 Baixa de passivo financeiro

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

5.1.3 Valor justo de instrumentos financeiros

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Grupo utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação do Grupo, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Grupo utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

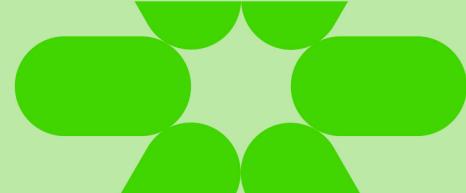
Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5.1.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial consolidado, apenas se houver um direito legal atualmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em uma base líquida, para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos financeiros que atendam às condições para reconhecimento em base líquida.



5.1.5 Instrumentos financeiros derivativos

Periodicamente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos como parte de sua estratégia de gestão de risco, conforme definido na Política de Gestão de Risco de Mercado. O objetivo é a proteção (hedge) contra a exposição a flutuações nas taxas de câmbio, taxas de juros e outros fatores de risco que possam impactar suas operações financeiras. Esses instrumentos mitigam os efeitos de flutuações adversas de mercado e preservam a estabilidade financeira do Grupo. Os derivativos são monitorados continuamente para garantir a conformidade com as políticas internas de risco do Grupo e os requisitos regulatórios aplicáveis.

Dependendo do instrumento e do risco sendo protegido, as estratégias de derivativos podem ser contabilizadas como hedges econômicos ou designadas para hedge accounting sob as categorias de Hedge Accounting de valor justo ou Hedge Accounting de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado e são posteriormente remensurados ao VJR. Os derivativos são mantidos como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Certos acordos firmados pelo Grupo para a aquisição de subsidiárias e coligadas incluem opções de compra (call options) para adquirir participações adicionais nas investidas, as quais são classificadas como derivativos embutidos. Cada uma das opções é mensurada ao VJR de acordo com fórmulas pré-determinadas e registrada no balanço patrimonial consolidado como um ativo sob Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9.1.1).

5.1.5.1 Hedge de fluxo de caixa

O Grupo utiliza hedge accounting para se proteger contra flutuações futuras de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, tais como mudanças em taxas de câmbio ou taxas de juros.

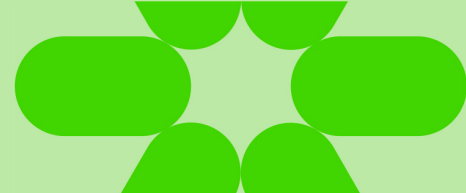
O Hedge Accounting de fluxo de caixa é aplicado quando o relacionamento de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de Hedge Accounting, incluindo a documentação adequada quando o hedge é firmado, e desde que o hedge seja considerado altamente eficaz ao longo do tempo na mitigação do risco de flutuações de fluxo de caixa.

O Grupo revisa regularmente a eficácia do hedge para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam apropriadamente contabilizados. Qualquer ineficácia de hedge identificada é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

Dependendo do instrumento e do risco protegido, alguns dos instrumentos financeiros derivativos do Grupo são utilizados como instrumentos de Hedge Accounting de fluxo de caixa. A parcela eficaz dos ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes". A parcela ineficaz é reconhecida na demonstração do resultado, em "Despesas financeiras, líquidas".

Para o item protegido classificado como um instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado utilizando o método da TJE, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa é reclassificado para o resultado quando os fluxos de caixa protegidos impactam a demonstração do resultado.

O método aplicado pelo Grupo para reclassificar os valores é o seguinte: (i) a parcela de juros acruados do derivativo também é mensurada pelo método da TJE e reconhecida na demonstração do resultado, em "Despesas financeiras, líquidas", acompanhando a apropriação do item protegido; e (ii) os valores restantes relacionados ao valor justo do instrumento de hedge representam um efeito temporal reconhecido em "Outros Resultados Abrangentes" em cada data de reporte, sendo finalmente reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de hedge (Nota 5.9.1).



5.1.5.2 Hedge de valor justo

O Grupo aplica Hedge Accounting de valor justo para se proteger contra mudanças no valor justo de ativos ou passivos decorrentes da exposição a riscos específicos, tais como mudanças em taxas de câmbio ou taxas de juros. De acordo com o IFRS, as mudanças no valor justo tanto do instrumento de hedge quanto do item protegido são reconhecidas diretamente no resultado do período. Isso permite que os ganhos ou perdas no instrumento de hedge compensem, no todo ou em parte, as perdas ou ganhos no item protegido.

Para que um hedge de valor justo seja contabilizado desta maneira, o relacionamento de hedge deve atender a critérios específicos, tais como documentação formal do objetivo do hedge e evidência de que o hedge é altamente eficaz em compensar mudanças no valor justo do item protegido ao longo do tempo.

Para sua carteira de crédito, o Grupo aplica uma abordagem de valor justo macro, que consiste em restabelecer o índice de cobertura entre o item protegido e os instrumentos de hedge conforme eles mudam ao longo do tempo. Isso ocorre porque o Grupo segue uma estratégia de hedge dinâmica de acordo com suas diretrizes de gestão de risco aprovadas. Para refletir a natureza dinâmica da carteira protegida, o período para o qual o Grupo designa esses hedges é de apenas um mês. Operacionalmente, o Grupo descontinua os relacionamentos de hedge anteriores e designa novos mensalmente.

O Grupo realiza testes de eficácia regulares para todos os relacionamentos de hedge usando as abordagens de *dollar offset* ou *critical terms match*, conforme aplicável, para garantir que o relacionamento de hedge permaneça eficaz. Qualquer ineficácia de hedge é imediatamente reconhecida no resultado.

5.1.5.3 Hedge econômico

O Grupo realiza certas transações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas transações não são formalmente designadas para Hedge Accounting.

Embora esses derivativos sejam usados para gerir riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do período sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos do Hedge Accounting. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente contabilizados no resultado conforme ocorrem, refletindo as mudanças no valor justo dos derivativos.

A decisão de não aplicar o Hedge Accounting a essas transações pode ser devida a considerações como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de Hedge Accounting, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. No entanto, o Grupo continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia global de gestão de riscos.

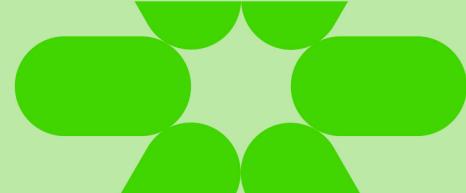
5.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

5.2.1 Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas

5.2.1.1 Operações de crédito

O Grupo calcula a Provisão para perdas de crédito esperadas para seus empréstimos com base em modelos estatísticos que consideram dados históricos internos e externos, informações de crédito negativas e garantias, entre outras informações que abordam o comportamento de cada devedor. O Grupo calcula sua carteira de crédito em três estágios:

- **(i) Estágio 1:** corresponde a empréstimos que não apresentam aumento significativo no risco de crédito desde a originação; as provisões para perdas de crédito esperadas são determinadas considerando eventos de probabilidade de inadimplência dentro de uma janela de 12 meses;



- **(ii) Estágio 2:** corresponde a empréstimos que apresentaram aumento significativo no risco de crédito após a originação; as provisões para perdas de crédito esperadas são estimadas considerando eventos de probabilidade de inadimplência ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo determina o Estágio 2 com base nos seguintes critérios: (a) critério absoluto: ativo financeiro vencido há mais de 30 dias, ou; (b) critério relativo: além do critério absoluto, o Grupo analisa mensalmente a evolução do risco de cada instrumento financeiro, comparando o score de comportamento atual atribuído a cada cliente com aquele atribuído no momento do reconhecimento do ativo financeiro. O scoring comportamental considera variáveis de comportamento de crédito, como inadimplência em outros produtos e dados de mercado sobre o cliente. Quando o risco de crédito aumenta significativamente desde a originação, as operações do Estágio 1 são movidas para o Estágio 2. Para o Estágio 2, aplica-se um critério de "cura" quando o ativo financeiro deixa de atender aos critérios de aumento significativo no risco de crédito mencionados acima, e o empréstimo é movido para o Estágio 1.
- **(iii) Estágio 3:** corresponde a empréstimos com perda de valor. O Grupo determina o Estágio 3 com base nos seguintes critérios: (a) critério absoluto: ativo financeiro vencido há mais de 90 dias, ou; (b) critério relativo: indicadores de que o ativo financeiro não será pago integralmente sem a ativação de uma garantia ou fiança bancária. A indicação de que uma obrigação não será paga integralmente inclui a tolerância de instrumentos financeiros que impliquem a concessão de vantagens à contraparte após a deterioração da qualidade de crédito desta. O Grupo também assume um critério de cura para o Estágio 3, com relação à capacidade de reembolso da contraparte, como o percentual da dívida total paga ou o prazo limite para liquidar as obrigações da dívida atual.

A Administração busca regularmente perspectivas prospectivas (forward-looking) para desenvolvimentos futuros do mercado, incluindo cenários macroeconômicos, bem como o perfil de risco de sua carteira. A Administração pode ajustar a provisão para perdas de crédito esperadas resultante dos modelos acima para melhor refletir essa perspectiva prospectiva.

5.2.1.2 Contas a receber de emissores

O ambiente macroeconômico onde o Grupo opera é volátil e as credenciadoras de cartões podem ser impactadas negativamente. O monitoramento contínuo deste ambiente é crucial para as decisões sobre a provisão e como o Grupo estima sua provisão para perdas de crédito esperadas. O Grupo estima a provisão para perdas de crédito esperadas com base em informações externas e internas disponíveis que consideram a natureza esperada e o nível de risco associado aos recebíveis e as informações sobre os diferentes emissores (incluindo, quando disponível, ratings das principais agências). O Grupo monitora o risco de crédito dos emissores.

5.2.1.3 Contas a receber de clientes

As taxas de provisão baseiam-se em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (ex: por tipo de produto, tipo de cliente e rating). A provisão é inicialmente baseada nas taxas de inadimplência históricas observadas pelo Grupo. O Grupo calibra para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. As informações sobre as Perdas Esperadas de Crédito são divulgadas na Nota 5.4.1.2

5.2.2 Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

Quando os valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não podem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado (FCD). As informações para esses modelos são extraídas de mercados observáveis sempre que possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os valores justos. Os julgamentos incluem considerações de variáveis como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

5.3 Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos - LFT	70.930	42.467
	70.930	42.467

5.4 Contas a receber de clientes

5.4.1 Contas a receber de emissores

Referem-se aos recebíveis das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, o Grupo recebe em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o recebimento depende da quantidade de parcelas. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre 27 dias corridos após a captura da transação. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito parcelado, o recebimento de cada parcela ocorre 27 dias após o seu vencimento.

5.4.1.1 Composição de contas a receber de emissores

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões são classificados conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de emissores de cartões ^(a)	40.735.213	28.416.339
Contas a receber de outros adquirentes ^(b)	323.460	565.552
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(76.912)	(60.888)
	40.981.762	28.921.002
Circulante	40.834.986	28.804.757
Não circulante	146.776	116.245

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como resultado do processamento de transações com clientes.

(b) Contas a receber de outras adquirentes relacionadas a transações de PSP (Provedor de Serviços de Pagamento).

5.4.1.2 Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

	2025	2024
Saldo inicial	(60.888)	(55.619)
Adição	(74.159)	(60.830)
Reversão	58.135	55.561
Saldo final	(76.912)	(60.888)

5.4.2 Contas a receber e obrigações vinculadas a cessão

De acordo com o IFRS 9, no registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida; e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada na demonstração do resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

5.5 Contas a receber de clientes**5.5.1 Composição de contas a receber de clientes**

Contas a receber são valores a receber de clientes, principalmente relacionados a serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de aluguel de equipamentos	134.252	111.535
Contas a receber de serviços de assinatura	5.168	4.583
Chargeback	156.718	93.829
Serviços prestados	11.448	18.696
Outros ativos a receber	29.648	46.275
Provisão para perdas de crédito esperadas	(166.407)	(106.843)
	170.827	168.075
Circulante	148.956	150.449
Não circulante	21.871	17.626

5.5.2 Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

	2025	2024
Saldo inicial	(106.843)	(88.456)
Adição	(111.984)	(81.395)
Reversão	1.638	20.984
Baixa	50.782	42.024
Saldo final	(166.407)	(106.843)

5.6 Operações de carteira de crédito**5.6.1 Composição da carteira de crédito**

	31/12/2025	31/12/2024
Cartão de crédito	295.604	114.156
Empréstimo a clientes	2.540.670	1.093.475
Total	2.836.274	1.207.631
Provisão de perda de crédito esperada	(389.682)	(144.512)
Ajuste de valor justo - hedge de carteira ^(a)	224	—
Total líquido	2.446.816	1.063.119
Circulante	2.008.436	891.718
Não circulante	438.380	171.401

^(a) O Grupo detém uma carteira de operações de crédito com taxa fixa exposta ao risco de mercado decorrente das flutuações das taxas de juros brasileiras. Para mitigar esse risco, foram celebrados swaps de taxa de juros fixa por flutuante para proteger o valor justo da carteira contra variações nas taxas. Esses swaps são classificados como hedge de valor justo e, consequentemente, o risco de taxa de juros das operações de crédito é contabilizado a mercado no resultado do exercício. Conforme apresentado na Nota 5.1.5.2, a carteira é gerenciada dinamicamente, com as posições de swap ajustadas para refletir as mudanças, incluindo o risco de pré-pagamento.

5.6.2 Carteira por vencimento

5.6.2.1 Total pendente do contrato sempre que os clientes atrasam um pagamento/parcela:

31/12/2025				31/12/2024			
	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total	
Saldos não vencidos	262.358	2.243.458	2.505.816	108.930	1.006.335	1.115.265	
Saldos vencidos							
≤ 15 dias	4.503	52.602	57.105	1.390	17.462	18.852	
15 < 30 dias	3.115	25.599	28.714	676	7.054	7.730	
31 < 60 dias	3.768	57.930	61.698	865	13.521	14.386	
61 < 90 dias	3.162	31.944	35.106	647	7.121	7.768	
91 < 180 dias	7.875	58.143	66.018	1.078	17.637	18.715	
181 < 360 dias	10.823	70.994	81.817	570	24.345	24.915	
Total Bruto	295.604	2.540.670	2.836.274	114.156	1.093.475	1.207.631	

5.6.2.2 Carteira por vencimento normal

31/12/2025				31/12/2024			
	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total	
Saldos não vencidos							
≤ 15 dias	72.865	65.394	138.259	30.638	23.083	53.721	
15 < 30 dias	53.381	122.648	176.029	20.075	36.917	56.992	
31 < 60 dias	47.374	208.168	255.542	19.492	99.015	118.507	
61 < 90 dias	29.560	246.118	275.678	12.334	107.068	119.402	
91 < 180 dias	42.860	567.252	610.112	19.019	268.770	287.789	
181 < 360 dias	25.975	721.953	747.928	10.043	354.807	364.850	
361 < 720 dias	1.156	403.906	405.062	6	148.084	148.090	
> 720 dias		102.000	102.000	—	25.237	25.237	
	273.171	2.437.439	2.710.610	111.607	1.062.981	1.174.588	
Saldos vencidos							
≤ 15 dias	2.297	13.714	16.011	514	2.561	3.075	
15 < 30 dias	1.705	10.513	12.218	211	4.170	4.381	
31 < 60 dias	2.357	14.353	16.710	512	4.614	5.126	
61 < 90 dias	2.180	13.716	15.896	344	3.865	4.209	
91 < 180 dias	5.831	30.079	35.910	706	9.091	9.797	
181 < 360 dias	8.063	20.856	28.919	262	6.193	6.455	
	22.433	103.231	125.664	2.549	30.494	33.043	
Total bruto	295.604	2.540.670	2.836.274	114.156	1.093.475	1.207.631	

5.6.3 Valor contábil bruto por estágios

Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Aquisição / (Liquidação)	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	103.302	181.262	(42.634)	(1.712)	22.307	1.085	—	263.610
Empréstimos a clientes	993.720	1.538.068	(388.598)	(39.999)	140.539	10.241	—	2.253.971
Total	1.097.022	1.719.330	(431.232)	(41.711)	162.846	11.326	—	2.517.581

Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Aquisição / (Liquidação)	Transferência p/ Estágio 3	Cura para Estágio 1	Transferência do Estágio 1	Cura do Estágio 3	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	8.709	4.114	(22.723)	(22.307)	42.634	522	—	10.949
Empréstimos a clientes	42.472	(22.265)	(172.560)	(140.539)	388.598	7.184	—	102.890
Total	51.181	(18.151)	(195.283)	(162.846)	431.232	7.706	—	113.839

Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Aquisição / (Liquidação)	Cura para Estágio 1	Cura para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	2.146	(643)	(1.085)	(522)	1.712	22.723	(3.286)	21.045
Empréstimos a clientes	57.285	(4.750)	(10.241)	(7.184)	39.999	172.560	(63.860)	183.809
Total	59.431	(5.393)	(11.326)	(7.706)	41.711	195.283	(67.146)	204.854

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	114.157	184.733	(3.286)	295.604
Empréstimos a clientes	1.093.477	1.511.053	(63.860)	2.540.670
Total	1.207.634	1.695.786	(67.146)	2.836.274

Estágio 1	Saldo em 31/12/2023	Aquisição / (Liquidação)	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	Baixa	31/12/2024
Cartão de crédito	3.131	110.119	(11.679)	(472)	1.960	242	—	103.301
Empréstimos a clientes	296.282	791.295	(125.424)	(7.276)	37.116	1.726	—	993.719
Total	299.413	901.414	(137.103)	(7.748)	39.076	1.968	—	1.097.020

Estágio 2	Saldo em 31/12/2023	Aquisição / (Liquidação)	Transferência p/ Estágio 3	Cura para Estágio 1	Transferência do Estágio 1	Cura do Estágio 3	Baixa	31/12/2024
Cartao de crédito	—	703	(1.768)	(1.960)	11.679	55	—	8.709
Empréstimos a clientes	12.195	940	(59.832)	(37.116)	125.424	860	—	42.471
Total	12.195	1.643	(61.600)	(39.076)	137.103	915	—	51.180

Estágio 3	Saldo em 31/12/2023	Aquisição / (Liquidação)	Cura para Estágio 1	Cura para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa	31/12/2024
Cartão de crédito	—	203	(242)	(55)	472	1.768	—	2.146
Empréstimos a clientes	1.200	(1.111)	(1.726)	(860)	7.276	59.832	(7.326)	57.285
Total	1.200	(908)	(1.968)	(915)	7.748	61.600	(7.326)	59.431

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2024
Cartão de crédito	3.131	111.025	—	114.156
Empréstimos a clientes	309.677	791.124	(7.326)	1.093.475
Total	312.808	902.149	(7.326)	1.207.631

5.6.4 Perda de crédito esperada por estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2024	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	(Aquisição) / Liquidação	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	(7.805)	22.094	1.337	(4.707)	(296)	(34.200)	—	(23.577)
Empréstimos a clientes	(68.949)	194.834	27.814	(28.605)	(1.292)	(251.172)	—	(127.370)
Total	(76.754)	216.928	29.151	(33.312)	(1.588)	(285.372)	—	(150.947)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2024	Transferência p/ Estágio 3	Cura para Estágio 1	Transferência do Estágio 1	Cura do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	(3.870)	16.336	4.707	(22.094)	(272)	(635)	—	(5.828)
Empréstimos a clientes	(19.587)	124.000	28.605	(194.834)	(3.587)	13.055	—	(52.348)
Total	(23.457)	140.336	33.312	(216.928)	(3.859)	12.420	—	(58.176)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2024	Cura para Estágio 1	Cura para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	(1.584)	296	272	(1.337)	(16.336)	(3.893)	3.286	(19.296)
Empréstimos a clientes	(42.717)	1.292	3.587	(27.814)	(124.000)	(35.471)	63.860	(161.263)
Total	(44.301)	1.588	3.859	(29.151)	(140.336)	(39.364)	67.146	(180.559)

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2025
Cartão de crédito	(13.259)	(38.728)	3.286	(48.701)
Empréstimos a clientes	(131.253)	(273.588)	63.860	(340.981)
Total	(144.512)	(312.316)	67.146	(389.682)

Estágio 1	Saldo em 01/01/2023	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	(Aquisição) / Liquidação	Baixa	31/12/2024
Cartão de crédito	(200)	5.156	403	(372)	(27)	(12.765)	—	(7.805)
Empréstimos a clientes	(57.576)	43.623	5.097	(4.389)	(165)	(55.539)	—	(68.949)
Total	(57.776)	48.779	5.500	(4.761)	(192)	(68.304)	—	(76.754)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2023	Transferência p/ Estágio 3	Cura para Estágio 1	Transferência do Estágio 1	Cura do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2024
Cartão de crédito	—	1.311	372	(5.156)	(25)	(372)	—	(3.870)
Empréstimos a clientes	(3.445)	41.884	4.389	(43.623)	(327)	(18.465)	—	(19.587)
Total	(3.445)	43.195	4.761	(48.779)	(352)	(18.837)	—	(23.457)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2023	Cura para Estágio 1	Cura para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2024
Cartão de crédito	—	27	25	(403)	(1.311)	78	—	(1.584)
Empréstimos a clientes	(840)	165	327	(5.097)	(41.884)	(2.714)	7.326	(42.717)
Total	(840)	192	352	(5.500)	(43.195)	(2.636)	7.326	(44.301)

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Aquisição / (Liquidação)	Baixa	31/12/2024
Cartão de crédito	(200)	(13.059)	—	(13.259)
Empréstimos a clientes	(61.861)	(76.718)	7.326	(131.253)
Total	(62.061)	(89.777)	7.326	(144.512)

5.7 Depósitos no Banco Central do Brasil

Conforme exigido pela regulamentação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), os recursos de clientes depositados em contas de pagamento ("Depósitos de clientes") devem ser totalmente garantidos por títulos públicos e/ou depósitos no BACEN (Conta de Correspondente de Moeda Eletrônica – "CCME").

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de Depósitos no Banco Central no Brasil era de R\$ 2.075.747 (31 de dezembro de 2024 R\$ 8.805.882), dos quais R\$ 1.330.760 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 8.805.882) são totalmente garantidos por CCME e R\$ 744.987 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 0) por depósitos compulsórios.

5.8 Passivos financeiros

5.8.1 Depósitos de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos de clientes de varejo	1.552.448	8.734.995
Depósitos de clientes	1.003.967	8.093.810
Depósitos em contas de registro ^(a)	548.481	641.185
Depósitos a prazo de clientes de varejo ^{(b)(c)}	10.350.514	429.942
	11.902.962	9.164.937

(a) Inclui saldos e valores de transações em trânsito (contas de registro) relativos a operações de subcredenciamento.

(b) Desde o primeiro trimestre de 2025, os saldos mantidos em contas de pagamento são elegíveis para investimento automático diário em Depósitos a Prazo emitidos pela Stone SCFI. Além disso, a Stone SCFI também passou a emitir depósitos a prazo detidos por múltiplas contrapartes

(c) As taxas de juros dos depósitos são definidas como uma porcentagem do CDI e são aplicadas diária ou mensalmente a partir da data do depósito, seguindo o método FIFO (First In, First Out - Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair)

5.8.2 Contas a pagar a estabelecimentos

Referem-se às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pelo Grupo, pelas transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, há o pagamento em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar	18.005.846	17.685.592
Pagamentos em trânsito	147.784	124.089
Créditos retidos	725	412
	18.154.354	17.810.093
Circulante	18.081.971	17.759.419
Não circulante	72.383	50.674

5.8.3 Depósitos institucionais e títulos de dívida

5.8.3.1 Composição

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2025
Debentures, notas promissórias financeiras e commercial papers	CDI + 0.59% à CDI + 4.85%	Nov/23	Out/26 à Set/29	2.643.341	3.663.398	6.306.739
Depósitos a prazo	CDI + 0.15 % à 104% CDI	Ago/25	Abril/27 à Nov/27	2.744.803	288.252	3.033.055
Bonds	3.95% USD	Jun/21	Jun/28	2.043	1.130.425	1.132.468
Depósitos institucionais e títulos de dívida				5.390.187	5.082.075	10.472.262

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2024
Debentures, notas promissórias financeiras e commercial papers	CDI + 0.75 % à CDI + 4.85%	Set/23	Set/26 à Nov/28	24.962	4.501.521	4.526.483
Depósitos a prazo	CDI + 0.25% à CDI + 0.70%	Jun/24	Fev/25 à Ago/26	2.619.469	360.775	2.980.244
Bonds	3.95% USD	Jun/21	Jun/28	2.299	1.272.158	1.274.457
Depósitos institucionais e títulos de dívida				2.646.730	6.134.454	8.781.184

5.8.3.2 Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação Cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2025
Debentures, notas promissórias financeiras e commercial papers ^{(a)(c)}	4.526.482	1.979.046	(676.472)	(346.133)	—	823.816	6.306.739
Depósitos a prazo ^(b)	2.980.245	4.166.927	(4.107.631)	(449.577)	—	443.092	3.033.056
Bonds	1.274.458	—	—	(52.222)	(143.124)	53.355	1.132.467
Depósitos institucionais e títulos de dívida	8.781.184	6.145.973	(4.784.103)	(847.932)	(143.124)	1.320.263	10.472.262

	Saldo em 31/12/2023	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação Cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2024
Debentures, notas promissórias financeiras e commercial papers ^{(a)(c)}	1.073.404	3.366.400	—	(204.933)	—	291.611	4.526.482
Depósitos a prazo ^(b)	—	3.792.345	(889.077)	(22.876)	—	99.853	2.980.245
Bonds	—	1.138.970	—	(16.905)	133.864	18.528	1.274.458
Depósitos institucionais e títulos de dívida	1.073.404	8.297.715	(889.077)	(244.714)	133.864	409.992	8.781.184

(a) Em 19 de junho de 2024, a subsidiária Stone SCFI concluiu sua primeira emissão de letras financeiras. Após isso, a Stone SCFI iniciou a emissão de letras financeiras privadas. O principal e os juros de todas as emissões são pagos principalmente no vencimento e indexados à taxa CDI.

(b) No segundo trimestre de 2024, a Stone SCFI iniciou a emissão de depósitos a prazo, representando a primeira emissão de depósitos remunerados após a autorização concedida pelo BACEN para iniciar as operações no início de 2024. Os certificados são detidos por múltiplas contrapartes e têm vencimentos até novembro de 2027. O principal e os juros deste tipo de emissão são pagos principalmente no vencimento e indexados à taxa CDI.

(c) Durante o ano de 2025, o Grupo continuou a executar sua estratégia de gerenciamento de passivos, visando otimizar sua estrutura de capital e reduzir os custos de captação. Como parte dessas iniciativas, o Grupo pré-pagou integralmente seus títulos lastreados em recebíveis pendentes (Certificado de Recebíveis Imobiliários – “CRI”) e concluiu uma oferta pública de aquisição (tender offer) na qual aproximadamente 62% das debêntures em circulação emitidas pela MNLT foram recompradas.

5.8.4 Outros instrumentos de dívida

5.8.4.1 Composição

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2025
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados	12,75%	Jan/24	Jan/31	—	8.830.288	8.830.288
Empréstimos	CDI 14.90% + 0.75%	Ago/25	Ago/28	—	310.517	310.517
Arrendamento mercantil	105.1% à 151.8% do CDI	Não se aplica	Jan/26 à Dez/33	19.727	135.559	155.286
Outros instrumentos de dívida				19.727	9.276.364	9.296.091

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2024
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados	12,75%	Jan/24	Jan/31	—	6.046.159	6.046.159
Empréstimos	CDI + 0.75%	Jan/24	Jan/25	796.774	—	796.774
Arrendamento mercantil	111.94% à 116.05% do CDI	Não se aplica	Jan/25 à Jun/26	31.464	165.593	197.057
Outros instrumentos de dívida				828.238	6.211.752	7.039.990

5.8.4.2 Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Baixas	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação Cambial	Ajuste a valor justo	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2025
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados ^(a)	6.046.159	150.812	—	—	(285.352)	—	187.208	2.731.461	8.830.288
Empréstimos	796.774	464.444	—	(913.040)	(61.583)	(12.000)	—	35.922	310.517
Arrendamento mercantil	197.057	46.034	(25.078)	(59.450)	(15.558)	(3.277)	—	15.558	155.286
Outros instrumentos de dívida	7.039.990	661.290	(25.078)	(972.490)	(362.493)	(15.277)	187.208	2.782.941	9.296.091

	Saldo em 31/12/2023	Captações	Baixas	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação Cambial	Ajuste a valor justo	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2024
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados ^(a)	6.359.310	4.029.192	—	(3.259.846)	(2.909.259)	—	(437.348)	2.264.110	6.046.159
Empréstimos	1.320.939	1.932.875	—	(2.590.000)	(116.303)	124.975	—	124.288	796.774
Arrendamento mercantil	116.798	123.880	(2.537)	(46.802)	(9.205)	5.718	—	9.205	197.057
Outros instrumentos de dívida	7.797.047	6.085.947	(2.537)	(5.896.648)	(3.034.767)	130.693	(437.348)	2.397.603	7.039.990

Circulante	7.797.047								828.238
Não circulante	—								6.211.752

(a) Esta nota abrange todos os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) de prazo determinado, incluindo ACR I e TAPSO. O FIDC ACR I emitiu cotas em troca de uma integralização de R\$ 2.325.984 no primeiro trimestre de 2024. A integralização foi feita por uma sociedade de propósito específico (SPE) financiada por uma linha de crédito rotativa na qual a United States International Development Finance Corporation ("DFC") investiu US\$ 467,5 milhões, financiando o negócio de pré-pagamento do Grupo por meio deste FIDC. A sociedade de propósito específico firmou derivativos de câmbio com instituições financeiras para converter o recebível denominado em R\$ que detém do FIDC ACR I para US\$. O FIDC ACR I tem um vencimento final de sete anos e paga um cupom semestral a uma taxa fixa de 12,75% em R\$.

5.8.5 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Fornecedores totalizou R\$ 810.138 (R\$ 576.890 em 31 de dezembro de 2024). Esse montante é composto substancialmente por valores a repassar às bandeiras de cartões, no montante de R\$ 601.704 (R\$ 423.528 em 31 de dezembro de 2024) e o restante, no montante de R\$ 208.434, refere-se a outros pagamentos a fornecedores (R\$ 153.362 em 31 de dezembro de 2024).

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

5.9.1 Hedge accounting

5.9.1.1 Hedge de fluxo de caixa

O Grupo utiliza a contabilidade de hedge para se proteger contra futuras flutuações de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, como variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada quando a relação de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de contabilidade de hedge, incluindo a devida documentação no momento em que o hedge é contratado, desde que seja considerado altamente efetivo, ao longo do tempo, na mitigação do risco de flutuações nos fluxos de caixa.

O Grupo revisa regularmente a efetividade dos hedges para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam contabilizados de forma apropriada. Qualquer inefetividade identificada no hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício, em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

Dependendo do instrumento e do risco coberto, alguns dos instrumentos financeiros derivativos são utilizados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva dos ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes".

5.9.1.2 Hedge de valor justo

O Grupo utiliza estratégias de hedge de valor justo para mitigar a exposição a mudanças no valor justo de empréstimos e operações de crédito reconhecidos, decorrentes do risco de taxa de juros. Essas estratégias são implementadas utilizando Swaps de Taxa de Juros e Swaps de Taxas de Juros de Moedas Cruzadas para modificar o perfil da taxa de juros das carteiras, convertendo efetivamente instrumentos de taxa fixa em taxas flutuantes, ou vice-versa, para alinhar-se com as obrigações da estratégia de gestão de risco do Grupo.

Divulgações adicionais sobre o tratamento contábil para hedges de valor justo são fornecidas na Nota 5.1.5.2.

5.9.1.3 Hedge econômico

O Grupo realiza determinadas operações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas operações não são formalmente designadas para a contabilidade de hedge.

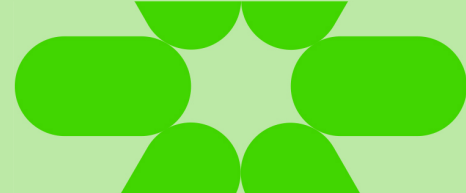
Embora esses derivativos sejam utilizados para gerir riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício, sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos da contabilidade de hedge. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente reconhecidos no resultado à medida que ocorrem, refletindo as variações no valor justo dos derivativos.

A decisão de não aplicar a contabilidade de hedge a essas operações pode estar relacionada a fatores como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de contabilidade de hedge, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. Ainda assim, o Grupo continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia geral de gestão de riscos.

5.9.2 Saldos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições a riscos de mercado. As contrapartes nestas operações são exclusivamente instituições financeiras de primeira linha, locais e internacionais.

31 de dezembro de 2025					
	Indexador de referência	Notional	Ativo (valor justo)	Passivo (valor justo)	Net
Hedge de fluxo de caixa					
Swap de taxa de câmbio	Dólar	2.181.534	10.524	(8.088)	2.436
Hedge de valor justo					
Swap de taxa de juros	CDI	2.325.985	—	(138.639)	(138.639)
Hedge econômico					
NDF	Dólar	10.905	—	(1.716)	(1.716)
Swap de taxa de juros	CDI	1.022.400	182	(39)	143
Total		5.540.824	10.706	(148.482)	(137.776)



31 de dezembro de 2024					
	Indexador de referência	Notional	Ativo (valor justo)	Passivo (valor justo)	Net
Hedge de fluxo de caixa					
Swap de taxa de câmbio	Dólar	2.649.101	177.229	—	177.229
Hedge econômico					
Swap de taxa de juros	CDI	2.476.458	1.346	(281.177)	(279.831)
Total		5.125.559	178.575	(281.177)	(102.602)

5.9.3 Abertura por faixa de vencimento dos títulos

A tabela abaixo apresenta a demonstração, por vencimento, dos valores nominais e dos valores justos:

31 de dezembro de 2025				
	Menor que 3 meses	3 a 12 meses	Maior de 12 meses	Total
Notional				
Swap de taxa de câmbio	—	—	2.181.534	2.181.534
NDF	10.905	—	—	10.905
Swap de taxa de juros	44.500	119.600	3.184.285	3.348.385
Total	55.405	119.600	5.365.819	5.540.824

Ativo (valor justo)				
Swap de taxa de câmbio	—	—	10.524	10.524
Swap de taxa de juros	14	74	94	182
Passivo (valor justo)				
Swap de taxa de câmbio	—	—	(8.088)	(8.088)
NDF	(1.716)	—	—	(1.716)
Swap de taxa de juros	(8)	(31)	(138.639)	(138.678)
Total	(1.710)	43	(136.109)	(137.776)

31 de dezembro de 2024				
	Menor que 3 meses	3 a 12 meses	Maior de 12 meses	Total
Notional				
Swap de taxa de câmbio	—	467.875	2.181.226	2.649.101
Swap de taxa de juros	—	90.300	2.386.158	2.476.458
Total	—	558.175	4.567.384	5.125.559
Ativo (valor justo)				
Swap de taxa de câmbio	—	104.846	72.383	177.229
Swap de taxa de juros	—	404	942	1.346
Passivo (valor justo)				
Swap de taxa de juros	—	—	(281.177)	(281.177)
Total	—	105.250	(207.852)	(102.602)

5.10 Instrumentos financeiros por categoria**5.10.1 Ativos financeiros por categoria**

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
31 de dezembro de 2025			
Aplicações financeiras	—	70.930	—
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.075.747	—	—
Contas a receber de emissores	—	—	40.981.763
Operações de crédito ^(a)	2.446.816	—	—
Contas a receber de clientes	170.827	—	—
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	—	10.706	—
Outros ativos	447.156	—	—
	5.140.547	81.636	40.981.763
31 de dezembro de 2024			
Aplicações financeiras	—	42.467	—
Depósitos no Banco Central do Brasil	8.805.882	—	—
Contas a receber de emissores	—	—	28.921.002
Operações de crédito	1.063.119	—	—
Contas a receber de clientes	168.075	—	—
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	—	178.575	—
Outros ativos	381.315	—	—
	10.418.391	221.042	28.921.002

(a) Em 31 de dezembro de 2025, uma parcela da carteira de crédito no valor de R\$ 1.413.600 (R\$ 511.800 em 31 de dezembro de 2024) foi designada como objeto de Hedge de valor justo. Consequentemente, o seu valor contábil reflete o ajuste de valor justo referente ao risco designado.

(b) Instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 10.524 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 177.229 em 31 de dezembro de 2024) foram designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. Portanto, a parcela efetiva do hedge é contabilizada em ORA (Outros Resultados Abrangentes).

5.10.2 Passivos financeiros por categoria

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado
31 de dezembro de 2025		
Depósitos	11.902.962	—
Contas a pagar a estabelecimentos	18.154.354	—
Depósitos institucionais e títulos de dívida	10.472.262	—
Outros instrumentos de dívida	7.099.822	2.196.269
Fornecedores	810.138	—
Instrumentos financeiros derivativos ^(a)	—	148.482
Outros passivos	970.740	—
	49.410.278	2.344.751

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado
31 de dezembro de 2024		
Depósitos	9.164.937	—
Contas a pagar a estabelecimentos	17.810.094	—
Depósitos institucionais e títulos de dívida	8.781.184	—
Outros instrumentos de dívida	5.051.345	1.988.645
Fornecedores	576.890	—
Instrumentos financeiros derivativos ^(a)	—	281.177
Outros passivos	859.780	—
	42.244.230	2.269.822

(a) Instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 8.088 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 177.229 31 de dezembro de 2024) foram designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. Portanto, a parcela efetiva do hedge é contabilizada em ORA (Outros Resultados Abrangentes).

5.10.3 Instrumentos financeiros por hierarquia de valor justo

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor justo	Hierarquia	Valor justo	Hierarquia
Ativo				
Aplicações financeiras	70.930	I	42.467	I
Contas a receber de emissores ^(a)	40.981.763	II	28.921.002	II
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	10.706	II	178.575	II
	41.063.399		29.142.044	
Passivo				
Outros instrumentos de dívida	2.196.269	II	1.988.645	II
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	148.482	II	281.177	II
	2.344.751		2.269.822	

(a) Para as contas a receber de emissores de cartões mensuradas pelo VJORA, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado para itens similares.

(b) O Grupo celebra instrumentos financeiros derivativos com instituições financeiras que possuem classificação de crédito de grau de investimento. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação que empregam o uso de dados de entrada observáveis do mercado.

Outros instrumentos de dívida, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros usando taxas contratuais para itens de captação e usando o valor de mercado de passivos de cotas sênior.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve transferências entre os níveis de mensuração de valor justo.

5.10.4 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, exceto aqueles cujos valores contábeis que não possuem diferença material do valor justo:

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Operações de crédito	2.446.816	2.439.204	1.063.119	1.063.362
	2.446.816	2.439.204	1.063.119	1.063.362
Passivo				
Contas a pagar a estabelecimentos	18.154.354	16.774.082	17.810.094	16.857.589
Depósitos institucionais e títulos de dívida	10.472.262	10.251.808	8.781.184	8.665.446
Outros instrumentos de dívida	7.099.822	6.955.128	5.051.345	4.997.866
	35.726.438	33.981.018	31.642.623	30.520.901

5.11 Gestão de Capital

A gestão de capital do Grupo é estruturada em dois níveis principais, com o objetivo de equilibrar a eficiência financeira estratégica e a conformidade com as normas regulatórias vigentes:

a) Nível Consolidado (StoneCo):

Neste nível, os objetivos consistem em salvaguardar a capacidade de continuidade operacional do Grupo para fornecer retornos aos acionistas e benefícios para outras partes interessadas (stakeholders). O Grupo busca manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital e garantir recursos disponíveis para novas oportunidades.

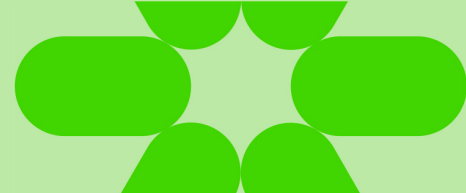
Para gerir essa estrutura, utiliza-se um framework que compara o capital existente com indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo liquidez, classificações de risco (credit ratings), e projeções de caixa. Com base nessa análise, a Administração pode realizar ajustes na estrutura de capital através de mecanismos como recompra de ações, distribuição de dividendos, emissão de novas ações ou venda de ativos.

b) Nível Institucional (Consolidado Stone IP):

No âmbito do Consolidado Stone IP, a gestão de capital é orientada especificamente para o cumprimento dos requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de gestão neste nível visam assegurar que a Instituição mantenha níveis de Patrimônio de Referência (PR) compatíveis com os riscos de suas atividades, conforme as normas de suficiência de capital e gerenciamento de riscos operacionais, de mercado e de crédito exigidas pelo regulador. A Stone IP monitora continuamente seus índices de capital para garantir que a exposição financeira esteja sempre dentro dos limites operacionais e regulatórios permitidos.

O caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era o seguinte:



	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.640.712	5.044.390
Aplicações financeiras	70.930	42.467
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.075.747	8.805.882
Contas a receber de emissores	40.981.762	28.921.002
Instrumentos financeiros derivativos	10.706	178.575
Caixa ajustado	47.779.857	42.992.316
Depósitos	(11.902.962)	(9.164.937)
Contas a pagar a estabelecimentos	(18.154.354)	(17.810.093)
Depósitos institucionais e títulos de dívida	(10.472.262)	(8.781.184)
Outros instrumentos de dívida ^(a)	(9.140.805)	(6.842.933)
Instrumentos financeiros derivativos	(148.482)	(281.177)
Dívida ajustada	(49.818.865)	(42.880.324)
Caixa líquido ajustado ^(b)	(2.039.008)	111.992

(a) Outros instrumentos de dívida excluem os efeitos de passivos de arrendamento reconhecidos sob a IFRS 16.

(b) O caixa líquido ajustado negativo de 31 de dezembro de 2025 é decorrente das cotas dos fundos consolidados, alocadas em obrigações perante cotistas de FIDCs fechados (nota 5.8.4.2), que compõem o saldo de "Outros instrumentos de dívida". Tal tratamento observa os critérios do IAS 32, que define a classificação desses montantes como passivo financeiro (Nota 3.1.1).

O Grupo possui uma equipe dedicada e centralizada de gestão de capital regulatório, que se reporta diretamente ao Chief Risk Officer (Diretor de Riscos), que é o responsável final pela adequação de capital. A estrutura tem o objetivo de garantir a conformidade com a regulamentação atual e com os processos de gestão de capital exigidos regulatoriamente. Adicionalmente, a área possui procedimentos e rotinas para planejar o requisito de adequação de capital considerando riscos atuais e potenciais.

6. Outros ativos

6.1 Saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Financeiros	82.387	23.438
Depósitos de segurança	439	11.470
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 18)	12.049	8.836
Contas a receber da venda de coligadas e subsidiárias	31.314	—
Outros ativos financeiros	38.585	3.132
Não financeiros	364.770	357.879
Custos diferidos de aquisição de clientes	200.179	213.437
Despesas antecipadas ^(a)	113.088	101.864
Adiantamentos de salário	27.099	22.639
Mútuos	1.209	1.153
Depósitos judiciais	15.271	8.300
Outros ativos não financeiros	7.924	10.486
Total	447.157	381.317
Circulante	317.642	307.667
Não circulante	129.515	73.650

(a) Despesas antecipadas incluem, entre outros, licenças de software, despesas de marketing e outros serviços e impostos, tais como impostos prediais, seguros e honorários de consultoria. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é lançado como despesa na demonstração do resultado à medida que os serviços pré-pagos são consumidos pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo era composto por Licenças de software, despesas de mídia e outras despesas pré-pagas.

7. Impostos a recuperar

7.1 Saldo

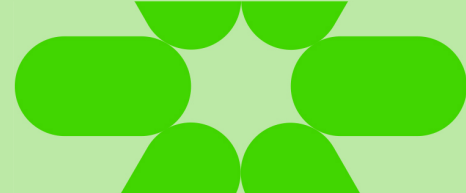
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos financeiros ^(a)	101.218	329.333
Imposto de renda e contribuição social	478.801	11.515
Contribuições sobre a receita	132	2.796
Outros impostos	138	113
	580.289	343.757

(a) Refere-se a impostos de renda retidos na fonte sobre rendimentos financeiros que serão compensados contra o imposto de renda a pagar futuro.

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1 Políticas contábeis

A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável.



8.1.1 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

8.1.2 Lei Complementar nº 224/2025 - Alteração da CSLL

Em 26 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 224/2025, que estabelece o aumento escalonado das alíquotas da CSLL. Nos termos dessa lei, a alíquota da CSLL aplicável às Instituições de Pagamento (IP) e as Sociedades de Crédito Direto (SCD) será elevada de 9% para 12%, no período de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e para 15% a partir de 1º de janeiro de 2028. Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI) a alíquota de CSLL será elevada de 15% para 17,5% no período de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e para 20% a partir de 1º de janeiro de 2028.

Com a promulgação da referida Lei Complementar, o Grupo revisou a mensuração de seus ativos e passivos fiscais diferidos. Os saldos foram remensurados para refletir as novas alíquotas vigentes nos períodos em que se espera a realização das diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2025, o efeito do ajuste de alíquota sobre o saldo de impostos diferidos totalizou R\$ 50.897 na demonstração do resultado, e R\$ 23.628 em outros resultados abrangentes.

8.2 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	324.219	526.396
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(110.234)	(178.975)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Lucro (prejuízo) de entidades sujeitas a diferentes taxas de imposto	(18.196)	(25.585)
Benefícios fiscais de pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem")	28.450	34.098
Juros sobre capital próprio ^(a)	75.139	50.932
Majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido	50.897	—
Reconhecimento de imposto de renda diferido não reconhecido em períodos anteriores	7.413	—
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	—	577
Imposto de renda diferido não reconhecido no período	(640)	(7.413)
Outros incentivos fiscais	6.277	10.831
Outras adições/exclusões	1.761	(4.567)
Imposto de renda e contribuição social	40.867	(120.102)
Impostos de renda e contribuição social correntes	(150.173)	(105.599)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	191.040	(14.503)
Imposto de renda e contribuição social	40.867	(120.102)

(a) Juros sobre capital próprio é um mecanismo de remuneração de acionistas calculado pela aplicação da taxa de juros de longo prazo sobre o patrimônio líquido ajustado da entidade, o qual é dedutível para fins de imposto de renda corporativo, desde que certos requisitos sejam atendidos.

8.3 Natureza e origem dos ativos e passivos diferidos

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

	Saldo em 31/12/2024	Reconhecimento em ORA (Outros Resultado Abrangentes)	Reconhecimento no resultado (lucro ou prejuízo)	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	226.130	195.651	—	421.781
Prejuízos fiscais disponíveis para compensação de renda tributável futura	199.898	—	29.052	228.950
Outras diferenças temporárias	306.833	(25.171)	124.371	406.033
Pagamento baseada em ações	105.544	—	46.156	151.700
Benefícios de inovação tecnológica	(261)	—	65	(196)
Diferenças temporárias relacionadas ao FIDC	(193.012)	—	(11.777)	(204.789)
Ativos intangíveis e bens de imobilizado originados na combinação de negócios	(4.427)	—	3.173	(1.254)
Impostos diferidos, líquido	640.705	170.480	191.040	1.002.225

	Saldo em 31/12/2023	Reconhecimento em ORA (Outros Resultado Abrangentes)	Reconhecimento no resultado (lucro ou prejuízo)	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	180.003	39.812	—	219.815
Prejuízos fiscais disponíveis para compensação de renda tributável futura	246.788	—	(46.890)	199.898
Outras diferenças temporárias	308.749	6.315	(1.916)	313.148
Goodwill dedutível para fins fiscais	12.225	—	(12.225)	—
Pagamento baseada em ações	79.268	—	26.275	105.544
Contingências decorrentes de combinação de negócios	(51.502)	—	51.241	(261)
Benefícios de inovação tecnológica	—	—	—	—
Diferenças temporárias relacionadas ao FIDC	(158.652)	—	(34.360)	(193.012)
Ativos intangíveis e bens de imobilizado originados na combinação de negócios	(7.798)	—	3.372	(4.427)
Impostos diferidos, líquido	609.081	46.127	(14.503)	640.705

9. Imobilizado de uso

9.1 Políticas contábeis

Todo o imobilizado é demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver (Nota 9.5). O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, é líquido de créditos tributários. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo e o custo do item for relevante e puder ser mensurado com confiabilidade. Todos os demais gastos com reparos e manutenção são lançados no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

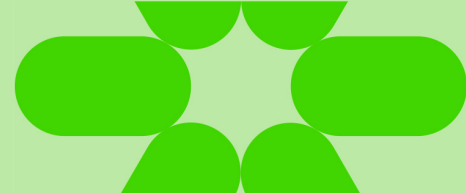
Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data de reporte e ajustados prospectivamente, se apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados comparando-se o valor da alienação (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. O Grupo também baixa Pin Pads e POS mantidos por clientes que não foram utilizados nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria do cliente.

9.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

Os ativos do imobilizado incluem a elaboração de estimativas para determinar a vida útil para fins de depreciação. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido na elaboração de premissas de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos são difíceis de prever.

O Grupo avaliou a vida útil dos ativos do imobilizado e concluiu que nenhuma mudança nas estimativas de vida útil e valor residual desses ativos foi necessária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As vidas úteis estimadas para o imobilizado são substancialmente as seguintes:



	Vida útil estimada (anos)
Pin Pads e POS	5
Máquinas e Aparelhos e Equipamentos	2 - 5
Móveis e Utensílios	10
Benfeitorias em propriedades terceiras e Instalações	5 - 10
Equipamentos de Telefonia	3 - 5
Veículos	5 - 10

9.3 Movimentações do imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Pinpad e POS	2.660.654	636.547	(131.679)	—	3.165.522
Equipamentos de informática	109.634	20.138	(42)	242	129.972
Instalações	46.391	5.076	(150)	85	51.402
Máquinas e aparelhos e equipamentos	26.851	2.961	—	(168)	29.644
Móveis e utensílios	15.693	2.354	—	814	18.861
Veículos e aeronave	30.945	189	(30.496)	—	638
Imobilizado em andamento	16.976	13.236	—	—	30.212
Ativos de direito de uso - escritórios	174.520	24.700	(30.306)	(973)	167.941
Ativos de direito de uso - veículos	21.306	21.295	(2.944)	—	39.657
Custo	3.102.970	726.496	(195.617)	—	3.633.849
Pinpad e POS	(1.230.798)	(610.665)	117.017	—	(1.724.446)
Equipamentos de informática	(70.873)	(16.164)	21	(20)	(87.036)
Instalações	(20.523)	(9.269)	—	—	(29.792)
Máquinas e equipamentos	(22.622)	(3.289)	—	20	(25.891)
Móveis e utensílios	(6.274)	(1.705)	—	—	(7.979)
Veículos e aeronave	(12.112)	(1.357)	13.215	—	(254)
Ativos de direito de uso - escritórios	(54.718)	(25.276)	9.482	—	(70.512)
Ativos de direito de uso - veículos	(9.756)	(12.957)	2.472	—	(20.241)
Depreciação acumulada	(1.427.676)	(680.682)	142.207	—	(1.966.151)
Imobilizado de uso	1.675.294	45.814	(53.410)	—	1.667.698

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Pinpad e POS	2.211.316	870.709	(421.371)		2.660.654
Equipamentos de informática	87.435	19.614	(198)	2.783	109.634
Máquinas e equipamentos	23.210	3.069	(3)	575	26.851
Móveis e utensílios	12.276	412	—	3.005	15.693
Veículos e aeronave	30.645	300	—	—	30.945
Imobilizado em andamento	15.521	40.193	(14.499)	(24.239)	16.976
Instalações	26.982	1.533	—	17.876	46.391
Ativos de direito de uso - veículos	31.293	21.979	(31.966)	—	21.306
Ativos de direito de uso - escritórios	108.250	71.510	(5.240)	—	174.520
Custo	2.546.928	1.029.319	(473.277)	—	3.102.970
Pinpad e POS	(912.502)	(499.974)	181.678	—	(1.230.798)
Equipamentos de informática	(55.140)	(15.737)	4	—	(70.873)
Máquinas e equipamentos	(20.084)	(2.538)	—	—	(22.622)
Móveis e utensílios	(5.061)	(1.213)	—	—	(6.274)
Veículos e aeronave	(9.025)	(3.087)	—	—	(12.112)
Instalações	(15.279)	(5.244)	—	—	(20.523)
Ativos de direito de uso - veículos	(22.010)	(14.195)	26.449	—	(9.756)
Ativos de direito de uso - escritórios	(45.994)	(13.654)	4.930	—	(54.718)
Depreciação acumulada	(1.085.095)	(555.642)	213.061	—	(1.427.676)
Imobilizado de uso	1.461.833	473.677	(260.216)	—	1.675.294

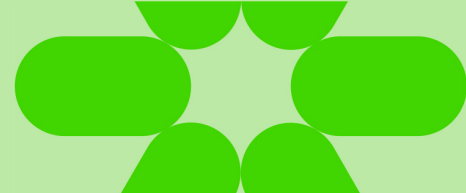
9.4 Despesas de depreciação e amortização por natureza

As despesas de depreciação e amortização foram alocadas à demonstração consolidada do resultado da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços	655.093	565.034
Despesas administrativas	50.236	45.482
Despesas com vendas	30.456	31.367
	735.785	641.883
Despesas de depreciação	680.682	555.642
Despesas de amortização	55.103	86.241
	735.785	641.883

9.5 Teste de impairment

Em 31 de dezembro de 2025, não houve indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado. O imobilizado foi testado para impairment ao nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC) em conjunto com os ativos intangíveis e investimentos em controladas.



10. Intangível

10.1 Políticas contábeis

10.1.1 Reconhecimento inicial

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a softwares desenvolvidos internamente e melhorias de software da plataforma tecnológica do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação da viabilidade técnica pela Administração, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Custos de pesquisa e de desenvolvimento pré-viabilidade, bem como custos de manutenção e treinamento, são lançados no resultado conforme incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

10.1.2 Reconhecimento subsequente

As vidas úteis de ativos intangíveis são avaliadas como finitas ou indefinidas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém marcas, patentes e ágio (goodwill) como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo de suas vidas úteis estimadas pelo método linear. Ativos intangíveis com vida indefinida não são amortizados. Em ambos os casos, o ativo intangível é testado para redução ao valor recuperável (impairment) sempre que houver uma indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida indefinida, o teste de impairment é obrigatoriamente anual.

O valor contábil de um ativo intangível compreende o seu custo líquido de amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas.

A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida finita são revisados pelo menos ao final de cada ano ou quando uma mudança no padrão de uso do ativo é identificada. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado de benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme apropriado, e tratadas como mudanças em estimativas contábeis, com efeitos prospectivos.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado como uma despesa consistente com o uso dos ativos intangíveis.

Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil, sendo reconhecidos no resultado.

10.1.3 Teste de Impairment

O Grupo realiza o teste de redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos no escopo do IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos quando (i) observa um indício de que um ativo possa ter perdido valor ou (ii) anualmente, sempre que a entidade possuir ativos não disponíveis para uso ou ágio (goodwill). Os ativos do Grupo sujeitos ao IAS 36 são ativos intangíveis (incluindo ágio), imobilizado e investimentos em coligadas.

Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados a uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") ou grupo de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, este é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs.

O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, da UGC ou do grupo de UGCs e (ii) seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por impairment é reconhecida.

Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas transações recentes de mercado. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado é utilizado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado como despesas, consistentemente com a função do ativo que sofreu a perda. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto para perdas por impairment de ágio.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração não identificou a necessidade de redução ao valor recuperável.

10.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

10.2.1 Vidas úteis estimadas

A contabilização de ativos intangíveis exige a estimativa da vida útil desses ativos para fins de amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido na elaboração de premissas de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos são difíceis de prever.

O Grupo avaliou a vida útil de seus ativos intangíveis e concluiu que nenhuma mudança de estimativa de vida útil e valor residual desses ativos foi necessária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As vidas úteis para os ativos intangíveis com vidas definidas são apresentadas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Software	3 – 5
Relacionamento com clientes	2 – 3
Marcas e patentes	7 – 20
Acordo de não concorrência (Non-compete)	5

10.2.2 Cálculo do valor em uso no teste de redução ao valor recuperável (impairment)

O cálculo do valor em uso é baseado em um modelo de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que venham a melhorar o desempenho dos ativos da UGC que está sendo testada.

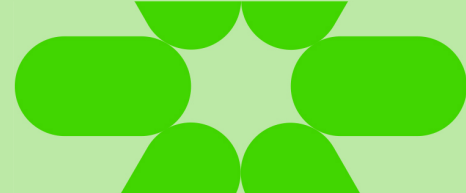
O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo FCD, bem como às futuras entradas de caixa esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Essas estimativas são as mais relevantes para o teste de impairment do ágio (goodwill) reconhecido pelo Grupo.

10.3 Movimentações do intangível

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Goodwill - Aquisição de subsidiárias	152.314	—	—	—	152.314
Relacionamentos com clientes	95.705	—	—	—	95.705
Marcas e patentes	12.525	—	—	—	12.525
Software	162.669	12.342	(2.032)	746	173.725
Licenças de uso	21.458	—	(6.247)	—	15.211
Taxa de associação de timeshare de jato não escriturado	—	16.418	—	—	16.418
Software em desenvolvimento	20.505	4.737	(1.257)	(746)	23.239
Ativos de direito de uso - Software	81.533	—	(16.240)	—	65.293
Custo	546.709	33.497	(25.776)	—	554.430

Relacionamentos com clientes	(96.008)	(9.344)	—	—	(105.352)
Marcas e patentes	(6)	(1)	—	—	(7)
Software	(109.688)	(22.952)	935	—	(131.705)
Licença de uso	(20.167)	—	5.674	—	(14.493)
Ativos de direito de uso - Software	(32.942)	(22.806)	14.882	—	(40.866)
Amortização acumulada	(258.811)	(55.103)	21.491	—	(292.423)
Intangível	287.898	(21.606)	(4.285)	—	262.007

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Goodwill - Aquisição de subsidiárias	152.314	—	—	—	152.314
Relacionamentos com clientes	95.705	—	—	—	95.705
Marcas e patentes	12.525	—	—	—	12.525
Software	348.112	24.205	(256.149)	46.501	162.669
Software em desenvolvimento	233.585	282.617	(433.412)	(61.332)	21.458
Licenças de uso	5.674	—	—	14.831	20.505
Ativos de direito de uso - Software	49.177	32.788	(432)	—	81.533
Custo	897.092	339.610	(689.993)	—	546.709
Relacionamentos com clientes	(86.610)	(9.398)	—	—	(96.008)
Marcas e patentes	(5)	(1)	—	—	(6)
Software	(184.018)	(56.613)	135.111	(4.168)	(109.688)
Licenças de uso	(18.414)	(5.921)	—	4.168	(20.167)
Ativos de direito de uso - Software	(18.634)	(14.308)	—	—	(32.942)
Amortização acumulada	(307.681)	(86.241)	135.111	—	(258.811)
Intangível	589.411	253.369	(554.882)	—	287.898



10.4 Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não haviam indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida indefinida.

A Companhia possui registrado saldos de ativos intangíveis referente a ágio e ativos intangíveis de vida indefinida. Estes saldos, sujeitos ao teste de recuperabilidade de ativos, foram testados na data-base 31 de outubro de 2025, e 31 de outubro de 2024 pela StoneCo (controladora final da Empresa) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio, em uma UGC denominada “Empresas de soluções financeiras” na qual os saldos da Companhia foram alocados, conforme segue:

UGC	Descrição	31/10/2025		31/10/2024	
		Ágio alocado	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alocados	Ágio alocado	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alocados
Empresas de soluções financeiras	Empresas relacionadas a serviços financeiros integrados.	152.314	12.528	152.314	12.519

11. Provisões para contingências

11.1 Políticas contábeis

As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando, e apenas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, em conformidade com a IAS 37 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

Caso existam várias obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos para liquidação é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo, mesmo que a probabilidade de saída para um item específico incluído na mesma classe possa ser pequena. Portanto, uma provisão é reconhecida ainda que a probabilidade de saída de recursos em relação a qualquer item individual seja baixa.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente ao final do período de reporte e são registradas ao valor presente, utilizando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação, sempre que o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como Despesas financeiras líquidas.

Quando o Grupo espera que parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a probabilidade de recebimento seja significativamente alta.

A despesa relativa à provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso, se aplicável.

11.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

As perdas possíveis são baseadas nos custos históricos reais em suas respectivas instâncias judiciais para casos semelhantes. Em geral, após a decisão final, as perdas reais representam uma fração do valor total pleiteado.

Para perdas prováveis, processos individualmente imateriais de natureza semelhante, como uma carteira ou portfólio, são mensurados e agrupados, sendo constituída provisão para cobrir as perdas com base na média de perda dos últimos 12 meses para esses tipos de ações. O Grupo avalia a probabilidade e o montante das perdas consideradas prováveis caso a caso para perdas individualmente materiais ou de natureza não repetitiva.

11.3 Contingências classificados como perdas prováveis, provisionadas no balanço

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	Trabalhista ^(a)	Cível ^(b)	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.516	32.404	9.552	76.472
Adições	69.658	55.317	—	124.975
Reversões	(31.037)	(21.214)	(9.096)	(61.347)
Juros	6.315	4.378	890	11.583
Pagamentos	(14.642)	(29.036)	—	(43.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	64.810	41.849	1.346	108.005
Adições	90.301	47.420	23.977	161.698
Reversões	(26.063)	(23.323)	(4.671)	(54.057)
Juros	7.237	7.602	6.489	21.328
Pagamentos	(36.602)	(38.504)	—	(75.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	99.683	35.044	27.141	161.868

(a) No que tange às demandas judiciais de natureza Trabalhista, o Grupo é normalmente acionado em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pelo Grupo. Nessas respectivas ações são encontrados dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras.

(b) As demandas judiciais de natureza Cível se relacionam substancialmente às principais frentes de atuação do Grupo, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 21.015 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 24.215 em 31 de dezembro de 2024); e, (ii) Banking, no montante de R\$ 12.954 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16.026 em 31 de dezembro de 2024).

11.4 Contingências classificadas como perdas possíveis, não provisionadas no balanço

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	843	252
Cível	24.060	35.762
Tributárias	278.680	22.470
	303.583	58.484

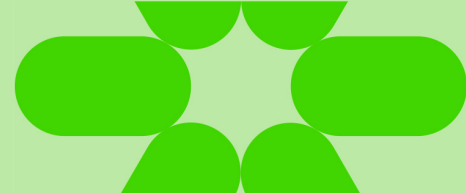
O Grupo é parte em ações judiciais, cíveis, trabalhistas e fiscais, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária.

Neste sentido, entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam às principais frentes de atuação do Grupo, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 8.793 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.803 em 31 de dezembro de 2024); e, (ii) Banking, no montante de R\$ 14.269 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.059 em 31 de dezembro de 2024).

O Grupo recebeu autos de infração emitidos pela autoridade fiscal municipal relativos ao pagamento alegadamente insuficiente de Impostos Sobre Serviços ("ISS"). Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado dos processos é de R\$ 249.206 (R\$ 26.366 em 31 de dezembro de 2024). Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa.

11.5 Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo.



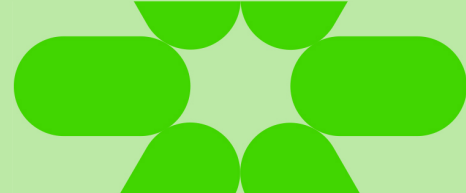
11.6 Ativos contingentes

Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Grupo quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

Em 31 de dezembro de 2025, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

12. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Financeiros	969.158	858.268
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 18)	786.478	645.218
Adiantamento de clientes	117.751	171.238
Receita diferida	60.266	39.843
Outros passivos financeiros	4.663	1.969
Não financeiros	1.583	1.513
Outros passivos não financeiros	1.583	1.513
Total	970.741	859.781
Circulante	881.840	787.625
Não circulante	88.901	72.157



13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Stone IP é representado por 675.667.136 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 1.389.445, totalmente subscrito e integralizado (R\$ 1.389.445 em 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado).

As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais do Grupo e ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto social da Stone IP.

13.2 Reservas

Para fins societários, especialmente para o atendimento das reservas previstas na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia, os saldos e as respectivas destinações são apurados com base nas demonstrações financeiras elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável (padrão "BRGAAP") da controladora. As principais reservas são descritas a seguir:

13.2.1 Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 83.429 (R\$ 190.431 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 556.203 (R\$ 472.774 em 31 de dezembro de 2024), destinada a remuneração baseada em ações (Nota 19).

13.2.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída obrigatoriamente à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social pela controladora Stone IP, seguindo o padrão BRGAAP, nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social integralizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a destinação para a Reserva legal foi de R\$ 29.748 (R\$ 4.575 em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 102.927 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 73.179 em 31 de dezembro de 2024).

Estes montantes foram apurados com base no lucro líquido estatutário da controladora Stone IP, seguindo o padrão BRGAAP. Por ser uma destinação vinculada à legislação societária brasileira e um ato jurídico formalizado na controladora, esses valores são refletidos nestas demonstrações consolidadas em IFRS, mantendo a consistência com os atos de governança e a base legal para distribuição de lucros.

13.2.3 Reserva de lucros

Conforme previsto em Estatuto, o Grupo possui uma reserva de lucro denominada Reserva de Investimento, que possui a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo destinou o montante de R\$ 121.327 (R\$ 401.712 em 31 de dezembro de 2024) para esta reserva. O saldo total da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 637.348 (R\$ 1.011.093 em 31 de dezembro de 2024).

A variação negativa no saldo acumulado, apesar da nova destinação realizada no exercício, decorre das deliberações de distribuição de Juros sobre capital próprio ("JCP") e Dividendos, que utilizaram saldos de lucros acumulados e reservas de exercícios anteriores, conforme detalhado na Nota 13.3.

13.3 Juros sobre capital próprio e Dividendos

Conforme estabelecido no Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. As distribuições são deliberadas com base no lucro líquido apurado sob o padrão BRGAAP da controladora Stone IP.

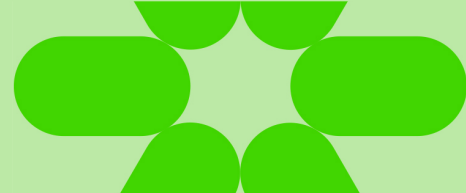
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foram deliberadas e aprovadas distribuições aos acionistas, as quais impactaram o patrimônio líquido consolidado por meio das movimentações demonstradas no quadro abaixo. As deliberações foram feitas em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):

Forma de deliberação	Data de deliberação	Valor bruto	Valor líquido de IRRF ^(a)	Data do pagamento	Detalhamento
Dividendos	19/12/2025	R\$ 400.000	R\$ 400.000	29/12/2025	dividendos intermediários - imputados à conta de reserva de lucros
Dividendos	19/12/2025	R\$ 60.000	R\$ 60.000	29/12/2025	dividendos intercalares - imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
JCP	30/09/2025	R\$ 114.000	R\$ 96.900	30/09/2025	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
JCP	30/09/2025	R\$ 92.000	R\$ 78.200	30/09/2025	imputados à conta de reserva de lucros
JCP	30/12/2025	R\$ 40.000	R\$ 34.000	30/12/2025	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Total 2025		R\$ 706.000	R\$ 669.100		
JCP	29/12/2024	R\$ 135.000	R\$ 114.750	31/12/2024	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
JCP	30/12/2024	R\$ 14.800	R\$ 12.580	31/12/2024	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Total 2024		R\$ 149.800	R\$ 127.330		
Dividendos	25/04/2024	R\$ 88.518	R\$ 88.518	25/10/2024	dividendos obrigatórios - imputados à conta de reserva de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Total 2023		R\$ 88.518	R\$ 88.518		

^(a) Sobre os valores de JCP há retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") à alíquota de 15%, recolhido pela Companhia antes da distribuição líquida aos acionistas.

13.4 Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes ("ORA") representam os ganhos ou perdas não reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras em conformidade com o CPC 26 / IAS 1. Esta rubrica inclui transações e operações do Grupo que não são consideradas realizadas, tais como as variações de valor justo de ativos financeiros classificados nesta categoria, líquidos dos respectivos efeitos tributários. Tais montantes permanecem registrados diretamente no patrimônio líquido e somente serão reclassificados para o resultado (DRE) no momento da baixa ou liquidação definitiva dos respectivos instrumentos. A tabela a seguir apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 31 de dezembro de 2025:



	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes de avaliação patrimonial	(38.400)	(38.400)
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa	33.152	(12.263)
Contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente	(686.761)	(379.909)
Total	(692.009)	(430.572)

14. Receitas e rendas

14.1 Políticas contábeis

14.1.1 Receita de contratos com clientes (IFRS 15)

A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços aos clientes, por um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços. O Grupo aplica os cinco passos do IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes:

- Identificação do contrato com o cliente;
- Identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e
- Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

Os contratos da Companhia com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas.

A receita é apresentada líquida de impostos recolhidos dos clientes e repassados às autoridades governamentais.

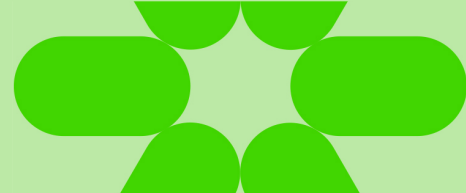
14.1.1.1 Serviços de transações de pagamento e outros serviços

Para as soluções financeiras, as principais obrigações de desempenho do Grupo consistem em prestar serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e vouchers. A promessa do Grupo aos seus clientes é realizar uma quantidade indeterminada de tarefas e a contraprestação recebida é contingente ao uso pelo cliente (ex: volume de transações processadas). Assim, a contraprestação total recebida pelos serviços é variável, embora o preço por transação seja fixado em contrato. O Grupo reconhece a taxa de transação (MDR) em um momento específico no tempo (point in time), quando tem o direito contratual de cobrar pelo processamento realizado.

Agente vs. Principal: A receita de atividades de transação é reconhecida líquida das taxas de intercâmbio retidas pelos emissores de cartões e das taxas de bandeira (*assessment fees*). O Grupo não assume os riscos e benefícios significativos, atuando como agente nesses serviços, pois:

- O Grupo facilita a captura e gestão do relacionamento, mas não é a principal responsável pela autorização, processamento e liquidação realizadas pelas bandeiras e emissores;
- O Grupo não tem liberdade para estabelecer as taxas de intercâmbio e de bandeira aplicadas. Geralmente, o Grupo tem o direito de repassar aumentos dessas taxas para proteger sua comissão líquida;
- O Grupo não coleta a taxa de intercâmbio (que fica retida com o emissor) e atua efetivamente como uma câmara de compensação na coleta e remessa de taxas em nome das bandeiras e clientes; e
- O Grupo não assume o risco de crédito do portador do cartão (cliente do seu cliente).

Outros serviços compreendem principalmente:



- Taxa de adesão: cobrada dos clientes como um pagamento único para produtos específicos nos quais não há cobrança recorrente pelo uso de Pin Pads e terminais de POS. O Grupo reconhece as receitas de taxas de adesão de forma diferida ao longo da vida útil esperada do cliente.
- Tarifas cobradas de clientes por serviços de banking relacionados a volumes de money-in (transferências recebidas sob produtos de TED, Pix e “boleto” e intercâmbio como tarifas de transações em outras redes usando cartões de crédito e débito emitidos pelo Grupo), e volumes de money-out (transferências feitas sob produtos como Pix Out, transferências eletrônicas, pagamentos de contas, boletos pagos, saques, recarga e outras transações). A receita é reconhecida na data de cada transação.

14.1.1.2 Aluguel de equipamentos

A obrigação de desempenho refere-se à locação operacional de equipamentos de captura (POS) para clientes. O Grupo faz o controle dos equipamentos antes de transferi-los ao cliente. O aluguel de equipamentos é contabilizado como uma obrigação de desempenho separada. A receita é reconhecida linearmente ao longo da vida útil estimada dos clientes, iniciando-se quando o cliente obtém o controle do equipamento. O Grupo não fabrica os equipamentos, adquirindo-os de fornecedores terceiros.

14.1.1.3 Custos para obtenção e cumprimento de contrato

A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linear, de acordo com a política de permanência estimada para os perfis de clientes Stone e TON. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava um valor contábil de R\$ 200.179 (2024 – R\$ 213.437) reconhecido em Outros Ativos e R\$ 7.254 (2024 – R\$ 552) como amortização reconhecida na demonstração do resultado.

14.1.2 Rendas financeiras

Compostas principalmente por:

- Taxas de desconto na antecipação de recebíveis: Cobradas pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados. O desconto é mensurado pela diferença entre o valor original a pagar ao cliente (líquido de taxas) e o valor antecipado. A receita é reconhecida integralmente quando o valor é antecipado ao cliente. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento é de R\$ 9.152.698 (R\$ 6.702.593 em 31 de dezembro de 2024);
- Receitas de juros sobre saldos em contas de pagamento; e
- Receitas de juros sobre empréstimos (reconhecidas pela taxa efetiva de juros).

O reconhecimento da receita de juros sobre empréstimos observa os seguintes critérios de classificação por estágios de risco de crédito:

- Estágios 1 ou 2: A receita de juros é reconhecida mediante a aplicação da Taxa Efetiva de Juros (EIR) sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro.
- Estágio 3: Diferentemente dos estágios anteriores, a receita de juros é reconhecida aplicando-se a EIR sobre o valor contábil amortizado (valor bruto líquido da respectiva provisão para perdas de crédito esperadas).
- Ativos integralmente provisionados: Para empréstimos classificados no Estágio 3 que estejam integralmente provisionados, o valor contábil amortizado é zero, resultando na interrupção do reconhecimento de receita de juros nesta etapa.
- Cura de ativos: Caso um empréstimo com perda por redução ao valor recuperável (impaired) seja subsequentemente curado, o ativo é transferido do Estágio 3 de volta para o Estágio 2 ou Estágio 1. Nessa hipótese, os juros anteriormente não reconhecidos são registrados no resultado do exercício.

Um empréstimo é considerado em situação de inadimplência (default) quando há qualquer indicação de que a obrigação não será integralmente honrada, independentemente de o ativo estar em atraso.

14.1.3 Outras rendas financeiras

Compreendem receitas de juros e ganhos (perdas) ao valor justo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

14.1.4. Receita diferida

O Grupo registra receita diferida relacionada a horas contratadas por clientes para a prestação de serviços. A receita é reconhecida após a prestação do serviço. Se os valores faturados excederem os serviços prestados somados à receita reconhecida, a diferença é registrada no balanço patrimonial como receita diferida e apresentada em "Outras obrigações".

O Grupo registra receita diferida para serviços pagos pelos clientes, mas que ainda não foram concluídos nos termos do contrato, as quais são reconhecidas no balanço patrimonial como receita diferida em "Outras obrigações".

O montante reconhecido como receita diferida no balanço patrimonial é reclassificado para a demonstração do resultado assim que os serviços prometidos são executados.

14.1.5 Impostos sobre vendas

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos de impostos sobre vendas, exceto:

Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis perante as autoridades fiscais; nesse caso, são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme aplicável.

Quando os valores a receber ou a pagar forem demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar à autoridade fiscal, é incluído como parte das contas a receber ou a pagar no balanço patrimonial, e líquido da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado.

As receitas de vendas estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas estatutárias:

	Atividades de transação e outros serviços	Alíquota Serviços de assinatura e aluguel de equipamentos	Receita financeira
Programa de Integração Social ("PIS") ^(a)	0.65% - 1.65%	0.65% - 1.65%	0.65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") ^(a)	3.00% - 7.60%	3.00% - 7.60%	4.00%
Imposto sobre Serviços ("ISS") ^(b)	2.00% - 5.00%	2.00% - 5.00%	—

(a) PIS e COFINS são contribuições instituídas pelo Governo Federal brasileiro incidentes sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta em contrapartida a passivos tributários. O PIS e a COFINS pagos em certas compras podem ser recuperados como créditos tributários para compensar o PIS e a COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como Impostos a recuperar e são compensados mensalmente contra Impostos a pagar (Nota 8) e apresentados pelo valor líquido, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade fiscal.

(b) ISS é um imposto instituído pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O imposto ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços que o Grupo presta. Estes são reconhecidos como deduções da receita bruta em contrapartida a passivos tributários. O ISS demonstrado na tabela é aplicável à cidade de São Paulo e refere-se à alíquota mais comumente incidente sobre as operações do Grupo.

14.2. Julgamentos e estimativas significativas

14.2.1 Período de relacionamento esperado com os estabelecimentos (Merchants)

O Grupo estima o período de relacionamento esperado de diferentes classes de *merchant* para reconhecer a receita de aluguel de equipamentos de forma linear, bem como para reconhecer a receita de taxas de adesão e a amortização dos custos de obtenção de contratos.

A estimativa é revisada anualmente e baseia-se no tempo médio histórico em que os lojistas processam transações com o Grupo.

14.3 Momento de reconhecimento da receita

A receita líquida de atividades de transação e as taxas de desconto cobradas pela antecipação de contas a pagar ao estabelecimento são reconhecidas em um momento específico no tempo (point in time), exceto pelas taxas de adesão que são reconhecidas ao longo do tempo. As receitas de aluguel de equipamentos são reconhecidas ao longo do tempo (over time).

O Grupo reconheceu receita referente a essas taxas de adesão no valor de R\$ 228.403 em 2025 (2024 - R\$ 124.811). Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo faturou R\$ 166.245 em taxas de adesão (31 de dezembro de 2024 - R\$ 286.266).

15. Despesas financeiras, líquidas

	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Despesas de juros incorridos sobre FIDCs	(2.444.005)	(1.929.300)
Custo financeiro de venda de recebíveis	(2.039.290)	(2.544.359)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.522.131)	(629.982)
Despesas com bonds	(145.935)	(169.608)
Variações cambiais ganhos e (perdas)	78.122	152.222
Outras receitas (despesas), financeiras ^(a)	(506.274)	(165.276)
	(6.579.513)	(5.286.303)

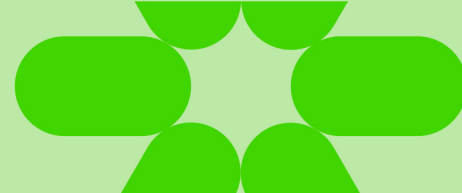
^(a) O montante refere-se substancialmente a ajustes de valor justo em instrumentos derivativos de swap, utilizados como hedge para as atividades de financiamento, contas a receber e carteira de crédito do Grupo.

16. Despesas por natureza

	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Custos de transação e serviços a clientes ^(a)	(2.850.279)	(1.904.123)
Despesa de pessoal (Nota 19.3)	(1.670.873)	(1.820.118)
Despesas de marketing e comissões de vendas ^(b)	(1.043.227)	(863.964)
Depreciação e amortização	(735.785)	(641.883)
Serviços de terceiros	(216.270)	(187.606)
Despesas com instalações	(46.971)	(43.926)
Despesas com viagens	(25.726)	(20.583)
Outros custos e despesas	(42.926)	(112.751)
	(6.632.057)	(5.594.954)

^(a) Custos de transação e serviços ao cliente incluem serviços de captura de transações com cartões, serviços de processamento de transações e liquidação de cartões, custos de logística, taxas de bandeiras de pagamento, serviços em nuvem, provisão para perdas de crédito esperadas e outros custos.

^(b) Despesas de marketing e comissões de vendas referem-se a despesas de marketing e publicidade, e a comissões pagas a parcerias relacionadas a vendas.



17. Outras divulgações sobre fluxos de caixas

17.1 Transações que não envolvem caixa

17.1.1 Atividades operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Variações no valor justo de contas a receber de credenciadoras de cartões a VJORA	502.503	117.096

17.1.2 Atividades de investimento

	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado adquiridos por meio de arrendamento (Notas 9)	45.995	126.277

17.2 Detalhamento dos itens

17.2.1 Ajuste a valor justo em instrumentos financeiros designados ao VJR

	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste sobre FIDC e empréstimos bancários designados para hedge de valor justo (Nota 5.8.4.2)	(187.208)	437.348
Ajuste a valor justo de empréstimos designados (VJR)	(63.486)	(7.282)
Ajuste a valor justo de earnout designado	—	(163)
Ajuste a valor justo em instrumentos financeiros designados ao VJR	(250.694)	429.903

17.2.2 Receita de juros recebida, líquida de custos

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de juros recebida sobre antecipação de contas a pagar a clientes	9.264.902	6.988.414
Custo financeiro da venda de recebíveis (Nota 15)	(2.039.290)	(2.544.359)
Receita de juros recebida, líquida de custos	7.225.612	4.444.055

17.2.3 Aquisições de imobilizado

	31/12/2025	31/12/2024
Adições de imobilizado (Nota 9)	(726.496)	(1.029.319)
Acréscimos de direito de uso (Nota 9)	45.995	93.489
Pagamentos do ano anterior	(56.809)	(65.340)
Compras não pagas no final do exercício	50.332	56.809
Aquisição de imobilizado	(686.978)	(944.361)

17.2.4 Aquisições e desenvolvimento de ativos intangíveis

	31/12/2025	31/12/2024
Adições de ativos intangíveis (Nota 10.3)	(33.497)	(339.610)
Acréscimos de direito de uso (Nota 10.3)	—	32.788
Pagamentos do ano anterior	2.017	(14.125)
Compras não pagas no final do exercício	1.745	2.017
Direitos de exploração e de prestação de serviços	16.418	—
Compras e desenvolvimento de ativos intangíveis	(13.317)	(318.930)

17.2.5 Recursos provenientes da alienação de ativos imobilizados

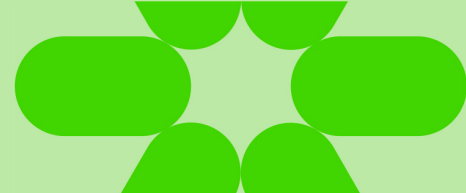
	31/12/2025	31/12/2024
Valor contábil líquido dos ativos alienados (Nota 9.3 / Nota 10.3)	57.695	815.098
Valor contábil líquido de arrendamentos baixados	(25.078)	(2.537)
Resultado na alienação de ativos imobilizados	9.248	(785.041)
Baixas de ativos corporativos	(41.865)	—
Saldo em aberto	(46.259)	(23.504)
Recursos provenientes da alienação de ativos não circulantes	(46.259)	4.016

18. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	31/12/2025	31/12/2024
Stone Serviços Financeiros S.A. (controladora)	5.999	—
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	3.605	24
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	2.340	47
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	104	43
DLPPar Participações S.A. (controlador direto comum)	1	—
Stone Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	—	3.936
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	—	3.198
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum) ^(a)	—	1.536
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum) ^(a)	—	29
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	—	9
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum) ^(a)	—	5
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	—	2
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	—	2
Linx People Ltda. (controlador final comum) ^(a)	—	2
Vitta Serviços em Saúde S.A. (controlador final comum)	—	1
Linx Saúde Ltda. (controlador final comum) ^(a)	—	1
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	—	1
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6.1) (a)	12.049	8.836

Passivos	31/12/2025	31/12/2024
StoneCo Ltd. (controlador final)	(742.323)	(610.255)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(18.026)	(17.653)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(10.931)	(11.682)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(10.083)	(49)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(4.275)	(3.086)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(302)	(110)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(204)	(506)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(241)	(297)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(93)	(27)
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	—	(1.553)
Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 12) (b)	(786.478)	(645.218)



Stone Corporate e Holding S.A (controlador final comum)	(309.944)	(246.639)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(153.414)	—
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(135.311)	(81.481)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(52.174)	(63.091)
Stone Serviços Financeiros S.A. (controlador final comum)	(45.234)	(122.933)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(43.832)	(19.128)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(36.173)	(15.969)
Sponte Educação Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(14.160)	(8.444)
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(12.655)	(23.041)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(12.647)	(541)
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(8.112)	(1.600)
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(7.721)	(1.580)
Linx Saúde Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(5.085)	(2.284)
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	(4.868)	(5.593)
DLPPar Participações S.A. (controlador final comum)	(4.237)	(4.278)
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)	(3.195)	(11.686)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(2.036)	(1.168)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(1.949)	(446)
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(1.639)	(101)
Linx People Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(1.510)	—
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(1.096)	(7.667)
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador final comum)	(1)	(3.860)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	—	(73.663)
Stone Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	—	(2.357)
Stef S.A. (controlador final comum)	—	(1.459)
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	—	(1.015)
Equals S.A. (controlador final comum)	—	(241)
Depósitos (c)	(856.993)	(700.265)
StoneCo Ltd. (controlador final)	6.634.019	4.057.515
Depósitos institucionais e títulos de dívida (Nota 3.1.1)	6.634.019	4.057.515

Receitas	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	—	12
Total	—	12

Despesas	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(1.049.171)	(459.523)
Stone Corporate e Holding S.A (controlador final comum)	(621.636)	(41.988)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(248.433)	(127.714)
TAG Tecnologia para Sistema Financeiro (controlador final comum)	—	(1.604)
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	—	(683)
Trinks Serviços de Internet S.A. (controlador final comum)	—	(207)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda (controlador final comum) ^(a)	—	(104)
StoneCo Pagamentos UK Ltd.	—	(89)
Dental Office S.A	—	(89)
APP Sistemas S.A. (controlador final comum)	—	(53)
Total (d)	(1.919.240)	(632.054)

(a) Em 27 de fevereiro de 2026, foi concluída a transação de venda do Grupo Linx, que deixou de pertencer ao grupo da Stone Co. a partir desta data. Consequentemente, as entidades listadas sob o controle da Linx deixam de ser qualificadas como partes relacionadas da Companhia para fins de divulgação em períodos posteriores a fevereiro de 2026.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

Principais operações com partes relacionadas:

(a) Contas a receber de partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas compartilhadas.

(b) Contas a pagar de partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a operação de subrogação com o FIDC Tapso.

(c) Depósitos: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação.

(d) Despesas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e uso de licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., despesas de captação com a Stone Corporate e Holding S.A e serviços de armazenagem e triagem de equipamentos pela Stone Logística Ltda.

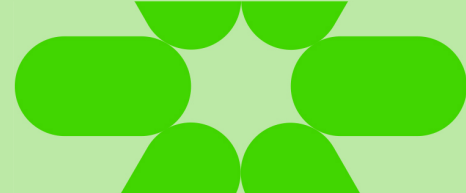
A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 71.174.

19. Benefícios à empregados

A Companhia oferece uma combinação de remuneração fixa e variável, com cada parte do mix definida com base na natureza, escopo e senioridade dos diferentes cargos, alinhada às práticas de mercado.

A remuneração fixa é paga em dinheiro, enquanto a remuneração variável é paga em dinheiro e/ou por meio da outorga de instrumentos baseados em ações (conforme descrito abaixo). Enquanto a remuneração variável para as equipes de vendas e operações é paga mensal ou trimestralmente em dinheiro, as demais equipes recebem em base anual, o que consiste em uma combinação de pagamentos em dinheiro (bônus em dinheiro) e instrumentos baseados em ações com um cronograma de aquisição de quatro anos (bônus em ações). A Companhia também pode conceder incentivos como parte de um pacote de contratação para atrair talentos específicos para a equipe de alta gestão.

A Companhia ocasionalmente outorgou instrumentos baseados em ações, de forma individual ou coletiva, para recompensar desempenho extraordinário. Tais prêmios de ações de reconhecimento especial não fazem parte da remuneração variável baseada em metas, mas são concedidos unilateralmente pela Companhia e possuem um cronograma de emissão e/ou condições de desempenho definidas de forma específica.



O bônus em ações anual, o bônus de contratação e os prêmios de ações de reconhecimento especial fazem parte do Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP ou LTIP), que permite a outorga de instrumentos baseados em ações a funcionários e outros prestadores de serviços em relação às ações ordinárias Classe A.

19.1 Políticas contábeis

19.1.1 Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são reconhecidos como despesa à medida que o serviço relacionado é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada com confiabilidade.

19.1.2 Pagamento baseado em ações

A Companhia possui instrumentos de pagamento baseado em ações liquidados com instrumentos patrimoniais, sob os quais a administração outorga ações a empregados e terceiros, dependendo da estratégia descrita acima.

O custo das transações liquidadas com instrumentos patrimoniais com funcionários é mensurado utilizando o seu valor justo na data da outorga. O custo é reconhecido como despesa em contrapartida a um aumento correspondente no patrimônio líquido ao longo do período de serviço em que as condições de desempenho são cumpridas (o período de aquisição ou "vesting grade").

A despesa acumulada reconhecida para transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição definitiva reflete a extensão em que o período de emissão decorreu e a melhor estimativa da Companhia quanto ao número de instrumentos patrimoniais que efetivamente serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado para um período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida entre o início e o fim daquele período.

Condições de serviço e condições de desempenho que não sejam de mercado não são levadas em conta ao determinar o valor justo dos instrumentos na data da outorga, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de instrumentos patrimoniais que efetivamente serão adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo da data da outorga. Quaisquer outras condições vinculadas a um instrumento, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições que não conferem direito à aquisição.

19.1.3 Planos de participação nos lucros e bônus

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa para bônus e participação nos lucros. O bônus e a participação nos lucros pagáveis em dinheiro para cada indivíduo são determinados com base nos seguintes fatores: metas corporativas, metas de departamento e avaliação de desempenho individual. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada.

19.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

19.2.1 Pagamento baseado em ações

A estimativa do valor justo para instrumentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado e das premissas subjacentes, o que depende dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga.

A Companhia utiliza as seguintes metodologias para estimar o valor justo:

- Estimativa de valor justo baseada em transações de capital com terceiros próximas à data da outorga; e

- Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes-Merton.

Essas estimativas também exigem a determinação dos insumos mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação ou direito de valorização, volatilidade esperada do preço das ações da StoneCo, controladora final da Companhia e o rendimento de dividendos esperado.

19.3 Despesas de pessoal

	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Salários	(1.050.051)	(1.086.109)
Encargos sociais	(298.220)	(359.566)
Pagamentos baseados em ações	(164.001)	(215.733)
Participação nos lucros e bônus anuais	(158.601)	(158.710)
	(1.670.873)	(1.820.118)

19.3.1 Planos de pagamento baseado em ações

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas internacionais (IFRS 2). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados.

O valor justo das Unidade de Ações Restritas (Restricted Shares Units "RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Unidades de Ações de Desempenho (Performance Shares Units "PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores.

As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real.

A tabela abaixo descreve os diferentes tipos de instrumentos em aberto e as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	RSUs	PSUs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.906.514	3.187.404	25.572	11.119.490
Outorgadas	2.170.475	851.395	—	3.021.870
Emitidas	(780.743)	—	—	(780.743)
Transferências entre empresas do grupo	(2.246.798)	(669.307)	(1.386)	(2.917.491)
Canceladas	(446.054)	(393.658)	—	(839.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.603.394	2.975.834	24.186	9.603.414
Outorgadas	1.682.351	206.590	—	1.888.941
Emitidas	(2.197.516)	—	—	(2.197.516)
Transferências entre empresas do grupo	(102.481)	(29.423)	—	(131.904)
Canceladas	(235.476)	(123.354)	—	(358.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.750.272	3.029.647	24.186	8.804.105

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 164.001 (R\$ 215.733 em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Stone IP registrou na reserva de capital o montante de R\$ 83.429 para a distribuição de remuneração baseada em ações (R\$ 190.431 em 31 de dezembro de 2024).

19.3.2 Restricted Shares Units ("RSU")

A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

Em 2025, foram outorgadas 1.688.164 novas RSUs, com preço médio de R\$ 56,18 e período de aquisição entre 1 e 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2025 18.831 RSUs estavam pendentes de emissão para os beneficiários.

19.3.3 Performance Shares Units ("PSU")

Em 2022 a Companhia outorgou PSUs, as quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico e/ou alcançar indicadores financeiros, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento.

Para as outorgas de 2025, as duas principais premissas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,54% a 4,11% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 3 anos, e volatilidade anual de 65,45% a 67,29% com base no histórico da StoneCo.

Em 31 de dezembro de 2025 não haviam PSUs pendentes de emissão para os beneficiários.

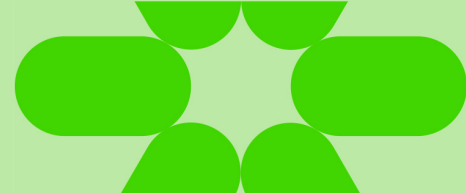
19.4 Salários e encargos sociais

	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Pagamentos anuais acumulados e encargos relacionados	245.472	222.682
Passivos trabalhistas e encargos sociais relacionados	95.120	62.201
	340.592	284.883
Circulante	277.899	256.017
Não circulante	62.693	28.866

20. Gerenciamento de riscos

O Grupo adota uma estrutura de gerenciamento de riscos centralizada no Conglomerado Prudencial Stone, o qual consiste no agrupamento de entidades controladas pela líder Stone IP que, para fins de supervisão do Banco Central do Brasil, são consideradas como uma única unidade econômica. Em observância à Resolução CMN nº 4.553/2017, que rege a segmentação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, o Grupo Stone IP classifica-se no Segmento 3 (S3) Para assegurar a governança e o cumprimento dos requisitos regulatórios.

O Grupo mantém o Fórum de Riscos, comitê constituído para fins da Resolução CMN nº 265, responsável por deliberar sobre as estratégias e limites de exposição. Além disso, o Grupo possui a Diretoria de Gestão de Riscos, liderada pelo Chief Risk Officer ("CRO") e formada pelas equipes: Gestão Integrada de Riscos, Gestão de Capital, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Pagamentos, Risco Operacional, Prevenção a Fraude e Segurança da Informação.



A área é responsável pela estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e pela estrutura de gerenciamento de capital. Assessora a Diretoria Executiva quanto aos níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir, sua capacidade de gerenciar riscos de forma efetiva e prudente de acordo com os objetivos estratégicos do Grupo, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Neste contexto, o Conglomerado Prudencial Stone possui a Norma de Gestão de Riscos e Capital para a Diretoria, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Stone e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital.

As atividades da Diretoria de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (Risk Appetite Statement).

Os tipos de risco e estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidos:

20.1 Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; (ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (iii) reestruturação de instrumentos financeiros; ou (iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

No contexto operacional da instituição, o Risco de crédito corresponde à possibilidade de inadimplência dos clientes tomadores de recursos, dos bancos emissores de cartões, subcredenciadores, bandeiras de cartões e estabelecimentos comerciais. O Grupo dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação do Risco de crédito para cada contraparte relacionada, realizando gestão ativa do portfólio nas visões de safra e carteira, bem como realizando monitoramento periódico da exposição junto aos emissores e subcredenciadores, além de estabelecer limites de crédito para cada estabelecimento comercial.

20.2 Risco de mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado Prudencial Stone, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de política interna.

20.3 Riscos de liquidez

É o risco de o Conglomerado Prudencial Stone não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e/ou sem incorrer em perdas significativas. Além disso, engloba ainda a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado por meio de política interna.

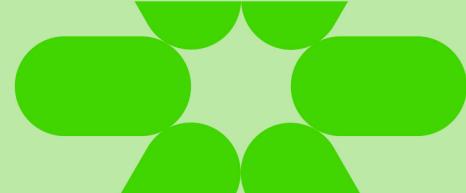
A projeção de fluxo de caixa é realizada pelas entidades operacionais do Grupo e, posteriormente, consolidada. Projeções contínuas (rolling forecasts) das necessidades de liquidez são monitoradas para garantir que o Grupo possua caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo, ao mesmo tempo, margem suficiente em suas linhas de crédito não utilizadas, de modo que o Grupo não descumpra os limites de endividamento em qualquer uma de suas facilidades de crédito. Tais projeções levam em consideração os planos de financiamento de dívida do Grupo, o cumprimento das metas internas de índices de liquidez e alavancagem e, se aplicável, requisitos regulatórios ou legais externos.

O principal risco de liquidez do Grupo é a sua potencial incapacidade de captar financiamento para dar continuidade aos seus negócios de antecipação e crédito. Embora as atividades de antecipação e crédito não sejam uma obrigação para o Grupo, elas constituem uma parcela significativa de suas receitas.

O caixa excedente mantido pelas entidades operacionais é investido em contas bancárias remuneradas, depósitos a prazo, depósitos no mercado monetário e títulos negociáveis, escolhendo-se instrumentos com vencimentos adequados ou liquidez suficiente para fornecer uma margem apropriada, conforme determinado pelas projeções mencionadas acima.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por vencimento. Os passivos financeiros derivativos não estão incluídos na análise, pois seus vencimentos contratuais não são essenciais para a compreensão do cronograma dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados:

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 dezembro 2025				
Depósitos	11.902.962	—	—	—
Contas a pagar a estabelecimentos	18.081.971	72.383	—	—
Fornecedores	810.138	—	—	—
Depósitos institucionais e títulos de dívida	5.390.681	3.793.311	1.151.674	—
Outros instrumentos de dívida	3.022.579	3.460.090	1.231.999	2.558.497
Outros passivos	887.156	88.902	—	—
	40.095.487	7.414.686	2.383.673	2.558.497
31 dezembro 2024				
Depósitos	9.164.937	—	—	—
Contas a pagar a estabelecimentos	17.759.419	50.674	—	—
Fornecedores	576.890	—	—	—
Depósitos institucionais e títulos de dívida	2.647.612	560.398	1.366.088	—
Outros instrumentos de dívida	882.812	626.789	954.211	2.774.095
Outros passivos	792.942	72.155	—	—
	31.824.612	1.310.016	2.320.299	2.774.095



20.4 Risco operacional

É definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Entre os eventos de Risco Operacional, incluem-se: (i) fraudes internas; (ii) fraudes externas; (iii) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; (iv) práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; (v) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; (vi) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos; (vii) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); (viii) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento. A área de Risco Operacional, que inclui Controles Internos, tem como objetivo assegurar a existência e eficácia do ambiente de controle nas áreas de negócios e tecnologia da informação, por meio de programas de monitoramento e testes de controles internos. Além disso, são realizados procedimentos específicos relacionados à segurança da informação e continuidade de negócios, com avaliações dos processos críticos do Conglomerado Prudencial.

20.5 Segurança da informação e privacidade

O risco de segurança da informação é definido pela probabilidade de uma ameaça explorar vulnerabilidades em ativos organizacionais, gerando impactos negativos. Essa gestão é tradicionalmente medida pelo equilíbrio entre três pilares conhecidos como a Tríade CID: Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade. Enquanto a Segurança da Informação protege os ativos contra ataques e falhas, a Privacidade de Dados zela pelo uso ético, transparente e legal das informações pessoais, mitigando riscos aos direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos.

A organização utiliza um modelo de governança centralizado na área de Segurança da Informação e Privacidade, focado em três pilares:

- **Gestão Estratégica:** Estabelecimento de diretrizes e políticas alinhadas ao mercado para garantir a consistência dos riscos e a evolução das práticas internas.
- **Medidas Operacionais:** Adoção de uma abordagem técnica que inclui gestão de vulnerabilidades, atualizações de sistemas, testes de penetração e controle rigoroso de acessos e dados pessoais.
- **Conformidade e Certificações:** Manutenção de padrões internacionais de excelência, como ISO 27001 (Segurança da Informação) e PCI DSS (Segurança em Meios de Pagamento), reforçando a confiança de clientes e parceiros.

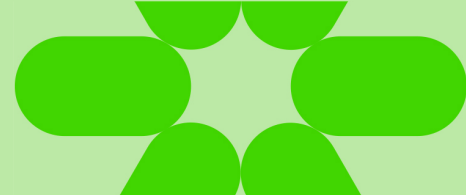
Em que pese nossa estrutura e processos de Segurança de Informação e Privacidade requererem investimentos significativos e estarem em constante aprimoramento, nosso negócio é inerentemente vulnerável a ataques de segurança cibernética, que podem ter um impacto significativo em nossas operações.

20.6 Riscos de fraude

A fraude é associada a práticas enganosas, ilegais ou desonestas com o intuito de obter vantagens financeiras indevidas. Os eventos associados ao tema são: (i) fraudes internas e (ii) fraudes externas. O processo de prevenção a fraudes engloba medidas, estratégias e sistemas desenvolvidos e implementados com o objetivo de prevenir, detectar ou minimizar atividades fraudulentas. Por meio de nossos processos e atividades de controles e monitoramentos contínuos, nossa missão principal é minimizar perdas financeiras provenientes de fraudes para o Grupo, assim como garantir que nossos clientes estejam cumprindo com as regras do mercado de pagamentos, de acordo como estipulado pelas Bandeiras e pelo Banco Central do Brasil.

20.7 Riscos sociais, ambientais e climáticos

O Conglomerado Prudencial considera os Riscos Social, Ambiental e Climático como parte integrante de sua gestão de riscos. Esses riscos estão relacionados a eventos que podem resultar em perdas relacionadas a condução dos negócios, atividades e processos da instituição:



- **Risco Social:** Relaciona-se à possibilidade de perdas decorrentes de violações de direitos fundamentais ou atos prejudiciais ao interesse comum.
- **Risco Ambiental:** Refere-se à possibilidade de perdas causadas por eventos relacionados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.
- **Risco Climático:** Envolve a possibilidade de perdas devido a eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Para gerir esses riscos, o Grupo adota sistemas, rotinas e procedimentos que têm como objetivo identificar, avaliar, mensurar, monitorar e mitigar seus efeitos. Periodicamente, são avaliados o impacto e a probabilidade dos riscos, bem como a mensuração das perdas e prejuízos decorrentes.

Ademais, a instituição busca tomar decisões conscientes e responsáveis em sua cadeia de valor, equilibrando oportunidades de negócios com responsabilidade social, ambiental e climática, contribuindo para o desenvolvimento das regiões em que atuamos. Além dos riscos citados, a área de gestão de riscos é responsável pelas potenciais perdas decorrentes das interações entre eles, e pela gestão do capital regulatório.